



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

**Lúcio Meireles Martins**

**Efeitos do Parlamento Jovem Brasileiro no  
comportamento político dos egressos (2006 a 2014)**

Brasília  
**2017**

**Lúcio Meireles Martins**

**Efeitos do Parlamento Jovem Brasileiro no  
comportamento político dos egressos (2006 a 2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador: Antonio Teixeira de Barros

Coorientador: Maurício Schneider

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Brasília  
2017

## Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Martins, Lúcio Meireles.

Efeitos do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos (2006 a 2014) [manuscrito] / Lúcio Meireles Martins. -- 2017.  
85 f.

Orientador: Antonio Teixeira de Barros.  
Coorientador: Maurício Schneider.

Impresso por computador.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Processo Legislativo), Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2017.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Jovem, participação política, Brasil. 3. Educação política, Brasil. I. Título.

CDU 342.532-053.6(81)



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento  
Programa de Pós-Graduação  
Mestrado Profissional em Poder Legislativo

---

### FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** Efeitos do Parlamento Jovem Brasileiro no Comportamento Político dos Egressos (2006 a 2014)

**Autor (a):** Lúcio Meireles Martins

**Área de concentração:** Poder Legislativo

**Linha de pesquisa:** Política Institucional do Poder Legislativo

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Dissertação aprovada em: 13 de Março de 2017.

---

**Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros**  
Presidente (Cefor/Câmara dos Deputados)

---

**Prof. Dr. Maurício Schneider**  
Membro (Conle/Câmara dos Deputados)

---

**Prof. Dr. Rildo José Cosson Mota**  
Membro (Cedi/Câmara dos Deputados)

---

**Prof. Dra. Marisa Von Bülow**  
Membro (Ipol/Universidade de Brasília)

## RESUMO

O estudo analisa o comportamento político de egressos do projeto de letramento político Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) da Câmara dos Deputados, das edições de 2006 a 2014. O PJB realiza anualmente, durante uma semana, um processo formativo baseado em uma simulação parlamentar e priorizando o protagonismo dos participantes. Este trabalho tem como objetivo estudar os efeitos dessa ação educativa na cultura cívica, no engajamento cívico e na participação política formal. São abordados dados de um *survey* com amostra de 29,17% do público atendido pelo PJB no período, incluindo análises quantitativas, por meio de técnicas descritivas e de inferência estatística. Depoimentos escritos são analisados sob uma perspectiva qualitativa, utilizando-se do método da análise de conteúdo e de sua técnica de categorização. Utilizam-se, como referência tipológica, as formas de participação política delimitadas por Ekman e Amnå (2012). Os resultados apontam para uma mudança cultural duradoura e abrangente no nível da atitude política expressa no crescimento da confiança política no Poder Legislativo e, em menor nível, nos partidos políticos. O envolvimento social, caracterizado pelo interesse e motivação para o debate de questões sociais, e o engajamento cívico pelo acompanhamento da agenda política e pela participação em associações civis ampliam-se de forma relevante. A atuação cívica associa-se de forma significativa ao aumento da confiança política e à escolarização, apresentando pouca diferença entre homens e mulheres. A participação política formal em atividades partidárias também demonstra crescimento, entretanto, ocorre predominantemente entre homens e por egressos que também se engajaram no movimento estudantil.

**Palavras-Chave:** Parlamento Jovem Brasileiro; engajamento cívico; participação política; cultura cívica; comportamento político.

## **ABSTRACT**

The study analyzes the political behavior of participants of Brazilian Youth Parliament, a political literacy project of the Chamber of Deputies in Brazil, from 2006 to 2014. This project holds an educational process that includes a parliamentary simulation based on protagonism. The study aimed to identify the effects of this educational action on political culture, civic engagement and formal political participation. Data are presented from a sample of 29.17% regarding to youth parliamentaries of the period, including quantitative analyzes using statistical inference, and qualitative approach with content analysis method. The written answers are categorized to find the meanings that the young attributed to the effects of the project. The typology of forms of political participation by Ekman and Amnå (2012) is a baseline to characterize political behavior. The results point to a long-term cultural change at the level of political attitude expressed in the growth of political confidence in the Legislative Branch and, with a lower level, in political parties, conclusion that reaches all profiles studied. Social involvement, identified by interest and motivation to debate social issues, and civic engagement by following the political agenda and participating in civil associations, increase significantly. Civic engagement is significantly associated with increased political confidence and formal education, with low inequality between men and women. On the other hand, formal political participation in partisan activities also grows, however it is practiced predominantly among men and participants who also engaged in student movement.

**Keywords:** Brazilian Youth Parliament; civic engagement; political participation; civic culture; political behavior.

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 – Sexo dos informantes.....  | 37 |
| Tabela 2 – Amostra total e amostra por edições do PJB .....   | 37 |
| Tabela 3 – Comparação da amostra dos egressos e população das regiões .....   | 38 |
| Tabela 4 – Nível descritivo ( <i>p-value</i> ) para o teste Kruskal-Wallis – Variação da confiança política no Poder Legislativo.....   | 39 |
| Tabela 5 – Nível descritivo ( <i>p-value</i> ) para o teste Kruskal-Wallis – Variação da confiança política nos partidos políticos..... | 41 |
| Tabela 6 – Média centesimal da confiança institucional dos egressos.....  | 42 |
| Tabela 7 – Variável resposta – Engajamento cívico pós-PJB .....   | 43 |
| Tabela 8 – Variável resposta – Participação política formal pós-PJB.....  | 46 |
| Tabela 9 – Nível descritivo ( <i>p-value</i> ) para a regressão logística múltipla .....  | 48 |
| Tabela 10 – Atividades partidárias antes e após o PJB por sexo.....   | 49 |
| Tabela 11 – Contagem de respostas e percentual pela tipologia de engajamento cívico e participação política.....                        | 51 |
| Tabela 12 – Contagem da presença de indicadores de comportamento e atitude política nos depoimentos.....                                | 55 |

## **LISTA DE FIGURAS**

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 – Tipologia de formas de participação política ..... | 34 |
|---|----|



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|                |  |
|----------------|--|
| AIC            | Akaike's ' <i>An Information Criterion</i> ' (Função genérica de cálculo)  |
| ALMG           | Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais   |
| CEFOR          | Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados  |
| Consed         | Conselho Nacional de Secretários de Educação   |
| EYP            | European Youth Parliament  |
| IBOPE          | Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística  |
| ICS            | Índice de Confiança Social   |
| MINIONU        | Modelo Intercolegial das Nações Unidas (Projeto da PUC Minas)  |
| ONG            | Organização não governamental  |
| <i>p-value</i> | Nível descritivo ou probabilidade de significância   |
| PJ             | Parlamento Jovem   |
| PJB            | Parlamento Jovem Brasileiro  |
| PJM            | Parlamento Jovem Mineiro   |
| PUC            | Pontifícia Universidade Católica   |
| QCA            | Qualifications and Curriculum Authority (Conselho não governamental que orienta políticas curriculares da educação no Reino Unido) |
| SENAI          | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  |
| SESI           | Serviço Social da Indústria  |
| UBES           | União Brasileira dos Estudantes Secundaristas  |
| UNE            | União Nacional dos Estudantes  |
| USP            | Universidade de São Paulo  |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO.....   | 11 |
| 1 CULTURA CÍVICA E COMPORTAMENTO POLÍTICO .....                             | 15 |
| 1.1 Letramento Político .....   | 15 |
| 1.2 Desconfiança política institucional.....                                | 17 |
| 1.3 Participação e comportamento político dos jovens .....                  | 21 |
| 1.4 Estudos empíricos sobre efeitos do letramento político .....            | 27 |
| 2 ANÁLISE QUANTITATIVA DE EFEITOS DO PJB NO COMPORTAMENTO<br>POLÍTICO ..... | 31 |
| 2.1 O Parlamento Jovem Brasileiro .....                                     | 31 |
| 2.2 Tipologia de formas de participação política .....                      | 33 |
| 2.3 Análise Quantitativa .....  | 36 |
| 2.4 Confiança política no Poder Legislativo .....                           | 39 |
| 2.5 Confiança política nos partidos políticos .....                         | 40 |
| 2.6 Engajamento cívico .....  | 43 |
| 2.7 Participação política formal.....                                       | 46 |
| 2.8 Engajamento cívico e participação política formal por sexo.....         | 48 |
| 2.9 Perfil de participação política pré e pós-PJB.....                      | 50 |
| 3 COMO OS EGRESSOS EXPRESSAM OS EFEITOS DO PJB .....                        | 53 |
| 3.1 Análise Qualitativa .....   | 53 |
| 3.2 Categorização dos depoimentos dos egressos .....                        | 54 |
| 3.3 Criticidade em relação à política .....                                 | 55 |
| 3.4 Interesse pela política .....   | 56 |
| 3.5 Motivação para o engajamento cívico .....                               | 58 |
| 3.6 Motivação para participação política formal .....                       | 59 |
| 3.7 Acompanhamento da política e da atividade parlamentar.....              | 61 |
| 3.8 Escolha profissional e atuação acadêmica.....                           | 63 |
| 3.9 Postura cidadã no cotidiano.....  | 63 |
| 3.10 Aumento da confiança nas instituições políticas .....                  | 64 |
| 3.11 Valorização do voto.....   | 65 |
| CONCLUSÕES .....  | 66 |
| REFERÊNCIAS .....   | 71 |
| ANEXO - Questionário utilizado no <i>survey</i> .....                       | 78 |

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação faz parte dos resultados do Grupo de Pesquisa – O Poder Legislativo em busca de sintonia com a sociedade: as iniciativas de *accountability* informativa, participação e educação política, desenvolvido no âmbito do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR) da Câmara dos Deputados. A seleção do comportamento político dos egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) como objeto de pesquisa foi influenciada pela ampliação recente da atuação da Câmara em letramento político, o que se constata nos seus diversos programas institucionais, cada um com públicos de variados perfis. Entre essas ações destacam-se o programa Plenarinho, que é voltado às crianças e pré-adolescentes (7 a 14 anos), o projeto Missão Pedagógica, direcionado a professores da rede pública, o Programa Estágio-Visita, direcionado ao público universitário, e o Estágio-Participação, que atua junto a educandos com mais de 18 anos, entre outros. Como parte da estrutura do CEFOR, há uma Coordenação de Educação para a Democracia, com servidores dedicados a essas ações, além de contarem com a participação sazonal de diversas outras áreas da instituição<sup>1</sup>.

O PJB é uma dessas iniciativas com mais tempo de atividade, já que teve sua primeira edição em 2004. O projeto realiza, anualmente, uma simulação parlamentar, durante uma semana na Câmara dos Deputados, que tem por objetivos possibilitar uma vivência do processo democrático, desenvolver habilidades de argumentação e respeito à diversidade de opiniões, além de construir um olhar mais crítico sobre a realidade, tendo como estratégia educativa o protagonismo político<sup>2</sup>. A seleção dos participantes é realizada por meio de um concurso nacional de redação de projetos de lei e é direcionada a jovens de 16 a 22 anos cursantes dos dois últimos anos do ensino médio ou dos três últimos do ensino médio integrado à educação profissional. O projeto custeia todos os gastos necessários à participação do jovem parlamentar, incluindo transporte, hospedagem e alimentação. Durante o período da vivência, praticamente a metade do tempo é dedicada ao aprendizado sobre o funcionamento do processo legislativo, sobre o trabalho nas comissões permanentes, além de noções sobre a elaboração do orçamento público, por exemplo. A simulação da atividade parlamentar inicia-se com a posse dos parlamentares jovens, eleição da Mesa Diretora e escolha dos presidentes das comissões, normalmente realizadas no Plenário Ulysses Guimarães, e prossegue nas discussões e deliberações sobre as proposições de cada jovem em quatro comissões temáticas. A simulação

---

1 Para mais informações sobre essas ações, acesse: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao--legislativa-1/educacao-para-a-democracia-1>

2 Objetivos listados na apresentação do projeto, na sua página na internet: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/parlamentojovem>

também inclui reunião do colégio de líderes, juntamente com os membros da mesa diretora, para a definição da pauta de votação da plenária final. Esse conjunto de procedimentos típicos do processo legislativo, que são predefinidos pelo Regimento Interno do PJB, oferece diversas oportunidades de atividades correlatas à desenvolvida pelos Deputados Federais, como: articulação para formação de chapas eleitorais, elaboração e realização de pronunciamentos, votação em eleições internas, relatoria de projetos de lei e redação de pareceres, defesa oral de sua proposição, deliberação de projetos e decisão colegiada sobre a pauta de votação final, entre outras.

Este estudo focaliza o letramento político intencionalmente praticado pelo Parlamento e analisa possíveis impactos no comportamento político dos egressos do PJB. Há poucos estudos acerca de efeitos de programas de letramento, e, no Brasil, estes são recentes e apresentam diferentes recortes temáticos<sup>3</sup>. Estudos semelhantes ao aqui publicado já foram realizados acerca do projeto Parlamento Jovem da Assembleia do Estado de Minas Gerais, um dos pioneiros nesse tipo de iniciativa, abordando a questão da confiança política, entre outros temas. Neste estudo, objetiva-se ampliar esse tipo de análise ao buscar informações de egressos de nove edições do PJB, o que pode pôr luz sobre esses possíveis efeitos após transcorrido algum tempo da experiência educativa.

O problema a ser pesquisado está vinculado diretamente à linha de pesquisa Política Institucional do Poder Legislativo do Programa de Pós-Graduação do CEFOR, haja vista esse tipo de ação da Câmara dos Deputados já ter completado 13 anos, em 2016, o que demonstra a institucionalização do projeto. Apesar da intenção do estudo não ser de avaliação do funcionamento do projeto, mas sim de seus efeitos no comportamento e atitude dos egressos, os resultados da pesquisa irão também subsidiar de forma complementar a administração da Câmara dos Deputados em relação a essas ações. Esse tipo de levantamento de informações pode também ser classificado como atividade de *accountability*, já que contribui para a transparência dos resultados do investimento, do trabalho de servidores e de decisões políticas envolvidas na concepção e implementação desse projeto pelo Parlamento.

O desenvolvimento deste estudo contribui para a democracia, na medida em que busca a compreensão do efeito que projetos de letramento político podem ter no comportamento político. Conforme será apresentado na revisão bibliográfica, principalmente na vertente culturalista, a confiança nas instituições políticas tem relação direta com a adesão à democracia

---

3 Entre os estudos, encontram-se: Gonçalves; Casalecchi, 2013; Fuks; Casalecchi, 2012; Casalecchi, 2011; Fuks, 2014; Henrique, 2012; Carvalho, 2009; Cosson, 2010, 2011, 2015; Rocha, 2016 e Oddone, 2015.

e, conseqüentemente, com sua legitimidade. Tem-se como princípio norteador que o aperfeiçoamento desse sistema de governo passa pela ampliação da participação popular nas decisões públicas, o que depende fortemente de um nível mínimo de informação e conhecimento acerca dos negócios públicos, especialmente das formas de representação política.

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta uma revisão da literatura que aborda temáticas de destaque no campo da cultura cívica e do comportamento político. Delimita-se um quadro de desconfiança política como expressão da cultura cívica e é problematizada a participação e o comportamento político dos jovens no que tange a questões cognitivas e geracionais. Nesse mesmo capítulo são apresentadas algumas das principais conclusões de estudos empíricos sobre programas de letramento no Brasil e de iniciativas em outros países.

O segundo capítulo apresenta breve histórico do PJB e mais informações acerca do formato do projeto. Também descreve a tipologia de formas de participação política selecionada como referência metodológica e apresenta uma análise quantitativa de um *survey* utilizando-se de técnicas estatísticas descritivas, de um teste de hipóteses não paramétrico (Kruskal-Wallis) e de regressão logística para buscar inferências acerca de possíveis efeitos do projeto.

O terceiro capítulo traz a análise qualitativa baseada no método de análise de conteúdo para categorizar os relatos escritos pelos egressos e, em seguida, as conclusões do trabalho intencionam extrair os principais resultados do estudo ao conjugar-se esses diferentes métodos de análise, no sentido de se construir uma análise empírica acerca dos efeitos do projeto Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos seus egressos.

Quando o PJB completou 10 anos de atividade, em 2013, foram iniciados estudos para a realização de uma pesquisa sobre os possíveis efeitos do projeto no comportamento político dos seus egressos, tendo como temas a confiança política como expressão da cultura cívica, o engajamento cívico em associações civis, a participação política formal em partidos políticos e o ativismo político pela internet e em ações de protesto, entre outros.

Nos meses de outubro e novembro de 2014 e 2015, foi realizado o levantamento de dados e, durante os anos de 2015 e 2016, foram empreendidos estudos com recortes dos dados focados em algumas das temáticas abordadas na pesquisa. Foram produzidos artigos científicos, publicados em congressos e em revistas especializadas que incluíram análises comparativas desses resultados com outros estudos sobre política e juventude. Dada a amplitude das temáticas envolvidas no levantamento, todos os dados da pesquisa foram reunidos em um único documento, que serve de insumo aos servidores que atuam na coordenação do projeto, a pesquisadores que estudam o letramento político, às secretarias de educação dos estados, e

também como um *feedback* aos egressos que contribuíram para o estudo. Nesse sentido, foi publicado, no início de 2016, um relatório estatístico descritivo<sup>4</sup> da pesquisa, e também a base de dados completa do estudo (mantendo-se o sigilo dos respondentes). Esses documentos podem ser acessados na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

---

4 MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira de. Parlamento Jovem Brasileiro: engajamento e participação política dos egressos (2006 a 2014). 2016. 66 f. Relatório de Pesquisa. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2016. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27719>

# 1 CULTURA CÍVICA E COMPORTAMENTO POLÍTICO

## 1.1 Letramento político

Com o objetivo de caracterizar em termos teóricos o PJB, optou-se pela utilização do termo letramento político. Cosson (2015, p.81) assim define o letramento político: “Processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e o aprimoramento da democracia”. Apesar dessa definição se aproximar do conceito de socialização política que aborda o processo cultural de aprendizado vivenciado na família, na escola, com a mídia e nas relações pessoais em âmbito formal e informal, a gênese do letramento político vem dos processos intencionais e institucionais de educação voltados ao fortalecimento da cultura democrática.

A base desse conceito é proveniente de Bernard Crick (QCA, 1998, p.65), que pretendeu diferenciar sua proposta de letramento político (*civic literacy*) das denominadas à época de educação política, que se equivocam por sua perspectiva conteudista voltada apenas ao conhecimento sobre as instituições e as leis. Assim, o conceito de letramento político passou a ser analisado como “não apenas o conhecimento das instituições e ideias políticas e sociais, mas também as habilidades, os valores e atitudes que são necessárias para a prática da boa cidadania na vida adulta” (QCA, 1998, p.64). O uso desse termo se consagrou a partir do “Relatório Crick” (QCA, 1998, p.13), o qual orientou as ações de letramento político no Reino Unido e se tornou um modelo para a Europa. Esse documento orienta a criação de um ambiente escolar onde os alunos possam aprender a como se tornarem efetivos na vida pública. Essa proposta de letramento político inclui uma metodologia voltada à discussão de problemas reais, considerando-se as instituições como meio para a resolução de problemas (CRICK, 2002). Essas características elencadas para as ações de letramento político se coadunam com a proposta metodológica do PJB, já que a simulação parlamentar inclui o debate de propostas dos jovens para a solução de problemas sociais e desenvolve habilidades de argumentação e decisão, tendo como fundamento valores de tolerância e respeito à diversidade de opiniões.

Os conceitos de letramento político de Crick (QCA, 1998) e (2002) e de Cosson (2011, 2015) se caracterizam como um aprendizado cultural que inclui, além de valores democráticos e conhecimentos sobre as instituições e processos políticos, o desenvolvimento de competências e habilidades para o engajamento e participação política, sendo esses dois últimos termos associados à cidadania ativa. Nesse contexto, Crick (2007) não defende um tipo particular de democracia, apesar de se basear na democracia liberal, ao valorizar o

republicanismo cívico, que significa defender a participação popular e a existência de uma sociedade civil organizada e outras instituições livres, além do mercado, entre o Estado e os cidadãos. Nesse sentido, Crick defende que o letramento político deve ser voltado à formação do cidadão ativo, que estaria em outro patamar em relação ao cidadão efetivo, que seria aquele que respeita as leis e até mesmo que contribua solidariamente para ações de promoção social, ou seja, um cidadão que também participe da vida pública e que contribua para o aperfeiçoamento das instituições democráticas (2007). No contexto brasileiro, Benevides (1996) teoriza a educação para a democracia com preceitos bastante semelhantes ao letramento político, já que coloca como objetivo a formação de cidadãos ativos e governantes, apresentando valores republicanos como a base para a formação dos cidadãos.

À guisa de fechamento do conceito aqui exposto, Cosson apresenta uma delimitação detalhada do termo que acreditamos ser o que mais se aproxima para a caracterização teórica do PJB:

Todo letramento político compreende a disseminação de conhecimentos sobre a democracia, governo democrático, organização política, instituições e seu funcionamento, a Constituição, direitos e deveres da vida em comum, ou seja, conhecimento sobre como a distribuição de poder se organiza e funciona. Todo letramento político só se efetiva quando promove práticas que tratam das habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento do pensamento crítico, à participação decisória, à resolução pacífica de conflitos, ao viver em uma comunidade em que se reconhece igualmente o direito de cada um, em que há respeito pelo outro (2011, p.57).

Como o foco deste estudo está nos efeitos gerados por um programa institucional de letramento político, é necessário considerar em qual contexto se dá esse processo. O PJB como ação educativa do Parlamento não é uma iniciativa exclusiva, pelo contrário, faz parte de uma tradição dos parlamentos democráticos em todo o mundo. Segundo Ribeiro (2010), essa função educativa é inerente ao exercício das três principais funções exercidas pelo parlamento: representar, legislar e fiscalizar. No exercício dessas funções, a atuação parlamentar e a interação com os cidadãos geram um processo de socialização política e produzem ganhos epistêmicos para os participantes desse processo. Nesse sentido, o autor aponta que as escolas do legislativo, que atuam intencionalmente no processo de educação política, são secundárias para a função educativa do parlamento e até mesmo podem ser usadas para escamotear a fragilidade e os desvios institucionais dos representantes. Assim, essas escolas não substituem ou se sobrepõem à socialização política que envolve as funções precípua do legislativo (legislar, fiscalizar e representar) e que geram aprendizado político.



A atuação das escolas do legislativo vem sendo utilizada como meio de formação para a atuação de servidores nas atribuições centrais desse Poder, mas também vem contribuindo para uma ação educativa mais direta, por meio de projetos voltados à educação para a democracia. Segundo Marques Júnior (2009), o que justifica essa atuação é a centralidade política do Legislativo no regime democrático, já que pode ser considerada como um fator de sua própria sobrevivência, num contexto político de descrédito das instituições políticas. Ao desenvolver projetos de educação para a democracia o Parlamento exerce de forma efetiva e intencional uma missão educativa. Essa atuação pode ser considerada uma resposta de seu corpo de servidores e dos parlamentares que dirigem a instituição à desconfiança política e à imagem negativa que a população externa em pesquisas de opinião, em protestos e manifestações dos tipos mais diversos (MARTINS, 2012). “Trata-se de estratégias para aproximar a sociedade do Parlamento com a perspectiva de se resgatar a legitimidade deste” (RIBEIRO, 2010, p.169).

Considerando-se o letramento político como política institucional do Parlamento de caráter secundário e inerente ao processo de socialização política presente no seu cotidiano, ou tendo-o como uma missão educativa, dada a centralidade do legislativo na democracia, é relevante que sejam analisados empiricamente os efeitos das ações de letramento político que buscam o fortalecimento de uma cultura democrática e participativa.

## **1.2 Desconfiança política institucional**

Os estudos culturalistas, desenvolvidos a partir da década de 1960, que tiveram como precursores Almond e Verba (1989), abordam a política a partir da percepção individual, de sentimentos, crenças, valores e atitudes que conformam a ação dos cidadãos e buscam aqueles que seriam mais favoráveis ao regime democrático. Esses pesquisadores se preocuparam em compreender quais fatores culturais poderiam garantir a estabilidade das democracias, enquanto que, na atualidade, a preocupação se assenta também na legitimidade e na qualidade deste regime.

Nessa linha de pesquisa, um dos principais fatores estudados é a confiança (*trust*) que representaria sentimentos de segurança (*confidence*), de garantia e até mesmo de certeza. A confiança social relaciona-se à expectativa de ação dos outros, o que contribuiria para atitudes de solidariedade e de atuação em grupos informais para a solução de problemas coletivos (HENRIQUE, 2010). Para Giddens (1990, p. 29), trata-se de “uma forma de fé na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva”. Em outras palavras, a confiança pode ser expressa pelas

expectativas de um indivíduo quanto ao comportamento dos outros em relação aos seus interesses, aspirações ou preferências (MOISÉS; MENEGUELLO, 2013).

A confiança institucional é um dos elementos centrais da modernidade, na forma de credibilidade pública, o que se reflete diretamente na imagem e na reputação de governos e instituições públicas (GIDDENS, 1990). Dessa forma, a confiança, expressa no nível de adesão ao regime democrático e no relacionamento com as instituições oficiais, constitui um fator simbólico de suma importância para a estabilidade política e institucional. O problema gerado pela desconfiança em relação às instituições políticas em democracias ainda em processo de consolidação reside na dificuldade para se realizar a coordenação social, que seria o papel do Estado moderno, e comprometeria a cooperação social, meio para o aperfeiçoamento das políticas públicas e iniciativas estatais (GIDDENS, 1990; NEWTON; NORRIS, 1999; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; OFFE, 1999).

Pesquisas com três diferentes abordagens tentam explicar esse fenômeno: uma perspectiva sociopsicológica, que analisa a evolução da personalidade de cada pessoa, um modelo sociocultural, voltado à análise da socialização política, e um modelo cujo foco é o desempenho institucional como fator preponderante para a conformação da confiança política (BAQUERO, 2003). Neste estudo, a ênfase é dada ao modelo sociocultural pela análise de variáveis de perfil social dos egressos e de fatores de socialização política que podem se relacionar ao comportamento político.

Estudos de diversas partes do mundo apontam para a existência de uma crescente desconfiança em relação às instituições políticas, conforme apresentado por Moisés e Carneiro, cujo fenômeno vem sendo documentado desde os anos 80 (2008, p. 7). Apesar de existir grande variação em cada país e em termos comparativos, verifica-se uma queda da confiança nas instituições mantenedoras da democracia, apesar de haver uma oscilação em menor grau em países com o regime mais consolidado, como Holanda, Noruega, Finlândia e Dinamarca. A maior variação ocorreu nas democracias mais antigas, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Suécia e Canadá. Seguindo essa lógica de estudos empíricos realizados por meio de *surveys* no Brasil, México e Chile, Moisés e Carneiro apontam que existe “associação entre os sentimentos de insatisfação com a democracia, apatia ou impotência política e a desconfiança dos cidadãos” (2008, p. 8).

O Índice de Confiança Social do Ibope, que é atualizado anualmente utilizando-se de uma escala de 0 a 100, aponta que, entre as instituições pesquisadas, o Presidente da República (22), o Congresso Nacional (22) e os partidos políticos (17) são as instituições que gozam de menor confiança perante a população brasileira. Nessa mesma linha, pesquisas com séries

históricas (1989, 1990, 1993, e 2006) conduzidas pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da USP apontam para a caracterização de um descrédito continuado em relação a essas instituições (MOISÉS; CARNEIRO, 2008, p.2). Entre os jovens a situação não é diferente, já que, em pesquisa com amostragem nacional, 64% afirmam não confiar nos deputados e senadores e 65% nos partidos políticos (ABRAMO; BRANCO, 2005).

No contexto brasileiro, que tem um processo de democratização recente, verifica-se uma frustração no que tange ao desempenho das instituições, baixos níveis de interesse acerca da política e pouca participação cívica, além de posições contraditórias de apoio a modelos de democracia que excluam parlamentos e partidos políticos como instituições intermediadoras entre o cidadão e o Estado (MOISÉS; CARNEIRO, 2010). Moisés também verifica em estudos empíricos que há associação entre posições de defesa ao autoritarismo como forma de solução de problemas da democracia, inclusive com apoio ao retorno dos militares, com o descrédito dos partidos políticos e do parlamento (2008, p. 36). Esse quadro de insatisfação com as instituições também inclui 30% de jovens (15 a 29 anos) que concordam que “em algumas circunstâncias é preferível um regime autoritário, ou seja, uma ditadura, a um sistema democrático”, além de outros 11% que não souberam responder se concordavam ou não com essa afirmação (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006). Esses dados são ainda mais relevantes ao se verificar que as variáveis socioeconômicas de idade, renda e raça não alteram de forma significativa os dados acerca da adesão à democracia, com exceção da educação em nível superior que diminui para um total de 24% esses dois grupos de respondentes citados.

A experiência política brasileira vem mantendo uma base cognitiva de desilusão, haja vista o não cumprimento das promessas exageradas do marketing eleitoral e a persistente ênfase a notícias negativas sobre a política nos veículos de comunicação massiva (BAQUERO, 2003). Com essa mesma perspectiva de análise da conjuntura simbólica, a análise de conteúdos jornalísticos reforça essa posição:

os jornais criam uma realidade política que favorece a descrença popular nas instituições, especialmente no Legislativo. (...) percebemos que a realidade política criada é bem restrita. A partir dela, entende-se facilmente o imaginário político brasileiro marcado pela baixa confiança no Legislativo e associação à corrupção (RODRIGUES; BARROS; BERNARDES, 2012, p. 13-14)<sup>5</sup>

Apesar dessa constatação acerca de como os veículos de comunicação jornalísticos abordam a política de forma negativa, ou seja, dos seus critérios de noticiabilidade, deve-se centralizar a atenção nos temas dessa cobertura, que são alguns dos problemas da democracia

---

<sup>5</sup> Estudo empírico de 1.768 notícias dos jornais Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo, publicadas nos meses de maio de 1995, 2001, 2003 e 2005.

e que podem influenciar na desconfiança nas instituições políticas. Um dos fatores apontados por Baquero (2003, p. 129) é a personalização, que substitui “o partido como ponto de referência de identidades coletivas”. Na democracia de público<sup>6</sup>, conforme apontada por Manin (1995; 2013), interagem o palco (mídia) e o público (audiência), contexto no qual os meios de comunicação privilegiam as qualidades técnicas individuais dos políticos, assim reinando os “comunicadores”. Esse processo acontece conjuntamente à personalização da escolha eleitoral e à tendência de descontinuidade dos resultados eleitorais. Manin (2013) reitera essa posição ao apontar que os partidos políticos vêm perdendo seguidores fiéis, tendo redução da participação em suas atividades, o que é acompanhado de aumento do engajamento por vias não institucionais. A partir dessa perspectiva de análise, os eleitores se interessam menos pelas instituições mediadoras, os partidos e o Parlamento, e se voltam ao poder simbólico do jogo político mediatizado. Nesse contexto, “a probidade e a honestidade se sobrepõem à análise mais crítica de projetos, propostas e compromissos partidários”, o que também alimenta a desvalorização das instituições (BAQUERO, 2003, p.129).

A percepção que conflitos do jogo político são mais direcionados aos interesses particulares das lideranças do que ao interesse da coletividade e a manutenção de inúmeros privilégios à classe política atentam contra a confiança institucional. O afastamento dos jovens brasileiros dos partidos políticos é patente, num processo de envelhecimento das siglas, já que caiu em 56%, em apenas 7 anos (2009 a 2015), o número de filiados entre 16 e 24 anos nas cinco maiores legendas: PMDB, PT, PP, PSDB e PDT (COUTO; TARDÁGUILA, 2015).

Apesar de apontamentos de que certo grau de desconfiança pode representar uma maior criticidade e exigência quanto às possibilidades de controle do funcionamento do Estado (WARREN, 1999; NORRIS, 1999), a confiança num nível muito baixo caracterizaria que as instituições democráticas podem estar funcionando para finalidades diferentes daquelas para a qual foram criadas em termos normativos. Dessa forma, a democracia, apesar de continuar existindo, se enfraqueceria (MOISÉS; CARNEIRO, 2008).

---

6 O conceito de *audience democracy* (democracia de público ou plateia) de Manin (1995) é apresentado como um novo modelo de representação política. Nesse modelo, as mudanças socioeconômicas e culturais, ocorridas entre as décadas de 70 a 90 do séc. XX, alteram a identificação classista e ideológica dos eleitores conjuntamente a um declínio dos partidos políticos como formador de opinião. O relacionamento entre os agentes políticos e os cidadãos passa a centrar-se nos veículos de comunicação massiva que se tornam o principal fórum de discussões públicas em substituição ao Parlamento e aos partidos. Em 2013, ao atualizar esse conceito, com base em estudos empíricos, Manin aponta a ampliação das formas de participação política não institucionais, com ênfase aos protestos, e da diminuição ainda mais forte da fidelidade partidária. Nessa revisão conceitual também é explicado que a democracia representativa é coerente com algum grau de influência direta dos cidadãos, porém existe uma flexibilidade quanto à responsividade referente a manifestações, petições e outras ações não eleitorais.

Ainda que haja diferentes versões teóricas sobre os motivos dessa falta de confiança ou descrédito em relação aos corpos legislativos e à classe política, é unânime nos países democráticos que esse fator já faz parte da cultura política, mesmo sendo ainda questionado se isso seria um problema ou apenas um reflexo do processo de modernização e maior criticidade dos cidadãos, o que representaria na verdade uma demanda por mais *accountability* do que um questionamento do modelo de democracia representativa (NORRIS, 1999). Assim, em contraposição aos culturalistas que fazem um retrato obscuro de retrocesso democrático a partir da deslegitimação das instituições políticas, também denominado de recessão cívica (THE NATIONAL..., 2011) e que percebem um distanciamento e apatia em relação à política, principalmente entre os jovens, há pesquisadores que identificam uma mudança de orientação ou de repertório da atuação política.

Essa mudança atitudinal, para Pipa Norris (2004), é uma expressão de uma mudança geracional que altera o foco da atuação política em instituições tradicionais (partidos e igrejas), baseada na lealdade, para uma participação política dos mais jovens orientada para causas, ou questões sociais, por meio de organizações informais e de movimentos sociais, o que contesta as posições de que haveria uma ampliação da apatia política. Considerando que os jovens de hoje vivem numa sociedade com acesso à informação muito mais facilitado do que seus pais e com uma maior variedade de oportunidades de engajamento, o jovem contemporâneo tem a sua disposição repertórios diversos de participação política que podem ser configurados e reconfigurados de muitas maneiras (COSSON, 2015). A utilização da internet como canal de interação dos cidadãos com o Estado e entre si é um dos fatores que Norris também aponta como relevante nessa mudança, já que “facilita a mobilização da sociedade civil e promove a transparência dos processos de decisão”, apesar da ponderação de que o uso de tecnologias também pode gerar uma maior elitização da política (NORRIS, 2000, p.4)<sup>7</sup>.

### **1.3 Participação e comportamento político dos jovens**

O comportamento político é compreendido pelas suas ações e posicionamento perante o mundo político e inclui também suas motivações, expectativas e atitudes (BORBA, 2005; PASQUINO, 1998; SANDOVAL, 1997). O estudo do comportamento político concentra a “atenção na personalidade e na atividade política do homem”, dando atenção aos “processos e

---

7 Tradução do autor.

mecanismos informais, mediante os quais os homens exercem uma interação recíproca entre si” (PASQUINO, 1998, p. 186).

O estudo do comportamento político transita entre a sociologia e a psicologia social, conforme defende Sandoval (1997), constituindo-se num tema transdisciplinar (PASQUINO, 1998), sendo que os conhecimentos desses campos se complementam e se misturam, dada a multiplicidade de variáveis individuais, sociais e relacionais que compõem esse fenômeno. Esses estudos colocam o indivíduo no centro da análise e utilizam abordagens construtivistas, no sentido de analisar a participação política e a interação dessas escolhas com as relações interpessoais e as forças estruturais mutuamente atuantes (SANDOVAL, 1997). Assim, considera-se que o comportamento político é um fenômeno multicausal e que “orientações geracionais, fatores institucionais e conjunturas históricas” podem levar a um maior ou menor engajamento cívico e político ou mesmo a uma variação na adesão aos princípios democráticos (SCHLEGEL, 2011, p.12).

Esse tipo de estudo deve realizar inicialmente uma caracterização do comportamento em relação aos espaços sociais onde ocorre, se formalizados ou não, e quais tipos de participação podem ser verificadas, se individuais ou coletivas. Contudo, essa análise precisa ser interativa, já que ações individuais podem ser realizadas no âmbito institucional ou no âmbito privado e também ações coletivas podem buscar, por meio da pressão, gerar mudanças na política, mesmo que por meios não institucionais. Constitui-se assim uma abordagem que busca a percepção das formas do agir como um processo político de participação (SANDOVAL, 1997).

Estudos empíricos de juventude apontam para uma multiplicidade de formas de participação e de engajamento político e social, os quais enveredam por caminhos diversos, sejam os da política institucional, sejam os da ação militante no trabalho social voluntário (CASTRO, 2008). Outra característica do engajamento político juvenil é que nem sempre o sentido político das ações aparece de forma ostensiva, ou seja, nem sempre é explicitado ou admitido pelos jovens. Isso mostra que as formas convencionais da ação política permanecem em tensão com outras escolhas de engajamento e de participação na sociedade.

Essa atuação da juventude por causas sociais muitas vezes não é considerada por eles mesmos como ação “política”. Quando esse termo aparece nos relatos, está relacionado ao que deve ser evitado, expressando a descrença na política partidária e em políticas públicas. Estudos empíricos indicam que os jovens reconhecem a importância da política institucional para suas vidas e para a sociedade como um todo, porém não percebem eficácia de sua ação para interferir nessa realidade, o que gera a formação de grupos para uma atuação alternativa e direta, em contraponto à participação na política institucional que tem uma forte hierarquização

(MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012). Nesse quadro se soma um baixo índice de identificação partidária, devido a três principais razões, segundo Braga e Pimentel Junior (2011, p.272): “o sistema eleitoral proporcional, o baixo nível cognitivo dos eleitores e a cultura política do populismo”. Nesse sentido, Carrano (2012, p.95) adverte que jovens de diferentes estratos sociais dão expressivas evidências de rejeição ao ofício da “política profissional” e a seus agentes: os políticos. Essa é, sem dúvida, uma sinalização preocupante, pois a baixa confiança na política fragiliza a institucionalidade democrática, que se organiza na base da representação partidária.

O engajamento juvenil, contudo, é impulsionado pelo idealismo, conforme registra pesquisa de Castro (2008), marcado pela convergência na defesa de causas comuns, independentemente da orientação ideológico-partidária. Essa convergência é expressa, por exemplo, no combate à corrupção, na redução das desigualdades sociais e na reivindicação de melhores serviços públicos, especialmente educação e saúde. Isso significa que a militância juvenil nos partidos políticos e nos movimentos estudantis é pautada por uma visão crítica da sociedade e pela participação entendida como forma de promover uma ampla transformação social (CASTRO, 2008, p.257).

Essa particularidade no modo juvenil de encarar a participação é um dos fatores que explicam a suspeita deles em relação à política institucionalizada. Além disso, as disputas, os debates e conflitos característicos da esfera partidária, por exemplo, são vistos como impedimentos para o engajamento e a participação no plano institucional, pois implicam negociações e acordos suspeitos. Tais arranjos são considerados instrumentos para a máquina partidária, algo que se distancia do ideal de transformação sociopolítica almejada. Por essa razão, os jovens preferem “uma via direta de ação e de participação na sociedade, em que podem constatar, por eles mesmos, os efeitos do que fazem, sem intermediações” (CASTRO, 2008, p.263). Essa perspectiva de análise do comportamento político da juventude aponta não para um apoliticismo dos jovens em geral, que poderia ser causado pela desconfiança nas instituições, mas pela busca de vias não convencionais de participação, como o associativismo, o voluntariado e “ações de confrontação das elites e do poder regulador das instituições” (AUGUSTO, 2008, p.161-162).

Nesse processo, segundo Nuno Miguel Augusto, é necessária a ressalva de que os jovens têm se afastado da política institucionalizada, mas não da democracia. Para os jovens, a democracia surge associada a um desejo de liberdade e autonomia que é inteiramente congruente com as perspectivas juvenis. Por outro lado, o autor salienta que a democracia está mais estreitamente vinculada ao plano existencial dos jovens e não ao plano político. Assim, é

essencial “não confundir desinteresse pela política com desinteresse pelos mecanismos formais e institucionais da política, em particular os partidos e as elites que as lideram” (AUGUSTO, 2008, p.164). Dados da Pesquisa Nacional sobre o Perfil e a Opinião dos Jovens Brasileiros<sup>8</sup> mostram que 54% deles nunca participaram de nenhuma atividade política no âmbito institucional e que 45% reconhecem as mobilizações de rua, protestos, manifestações e outras ações diretas como a via mais indicada para a solução de problemas sociais. Outro levantamento mostra 82% de desinteresse dos jovens pela política em suas modalidades institucionalizadas<sup>9</sup> (BAPTISTA et al., 2013). Outra pesquisa<sup>10</sup> retrata tanto a desconfiança como esse quadro de negação das instituições mediadoras ao indicar que 59% dos jovens afirmam que o Brasil seria melhor se não houvesse partidos políticos (RODRIGUES, 2014).

A literatura apresenta diferentes perspectivas de análise da participação e do comportamento político e, entre estas, destacam-se a ótica geracional e a cognitiva. Estudos sobre comportamento político registram que a faixa etária é uma variável de grande relevância quando se trata de interesse por política e formas de participação, com base no argumento de que “os recursos materiais e cognitivos relacionados à participação, bem como os vínculos sociais, se acumulam no decorrer do tempo” (OKADO, 2013, p.41). Assim, o jovem se interessaria menos por política, mas, conforme adquire maiores níveis educacionais, amplia o seu interesse quando adulto e se desinteressa na terceira idade, devido à perda de seus vínculos sociais. Trata-se do que Milbrath e Goel (1977) denominam “efeito curvilíneo” entre interesse por política e idade. Logo, “existe um desencanto com este instrumento de participação ao longo da vida” (OKADO, 2013, p.44).

O componente geracional, portanto, revela-se uma variável relevante no contexto recente. Por outro lado, o mesmo autor chama atenção para a necessidade de estudos empíricos que confirmem a tendência apontada no cenário brasileiro, uma vez que dados coletados a partir dos levantamentos do Latinobarômetro mostram que ainda temos percentuais e padrões “muito semelhantes entre os estratos etários” (RIBEIRO, 2012, p.30), diferentemente do que mostram estudos empíricos estrangeiros. Tal constatação leva ao questionamento acerca da emergência de uma cidadania mais crítica e contestatória entre os jovens brasileiros:

Apesar de pesquisadores apresentarem evidências consistentes sobre uma mudança geracional no padrão de participação em algumas democracias consolidadas (...), esse não é um fenômeno verificável entre o público

---

8 Pesquisa realizada pela Secretaria Nacional da Juventude, em 2013. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1982/1982.pdf>

9 Pesquisa Juventude, Participação e Voto, UFMG, 2010. Disponível em: [http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pesquisas\\_detalle.php?id=41](http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pesquisas_detalle.php?id=41)

10 Pesquisa do Instituto Data Popular de 2014.



brasileiro, pelo menos até o momento coberto pelos dados disponíveis. Comparando as frequências de comportamentos e algumas atitudes de distintas faixas etárias do público nacional, não foram encontradas diferenças importantes, o que nos leva à conclusão de que não podemos falar de uma juventude mais crítica em relação às formas convencionais de envolvimento ou mais engajada em modalidades ligadas ao protesto político (RIBEIRO, 2012, p.33).

Outra observação relevante sob a ótica geracional é o potencial de novidade e de criatividade que é inerente aos jovens, uma vez que eles “constituem-se enquanto novidade histórica” em relação às demais gerações e “às tradições culturais que se pretendem hegemônicas, pois enquanto nova geração a juventude está fora da lógica estruturante do mundo já instituído” (ZITKOSKI; HAMMES, 2014, p.136). Além disso, como enfatiza Mische (1997), cada vez mais os jovens alinham-se a projetos que valorizam o protagonismo de suas identidades. Em razão disso, rejeitam modelos cristalizados e tentam construir novas convergências e novos padrões de comportamento. Nessa perspectiva, é necessário considerar os contextos relacionais vinculados ao campo experiencial dos mundos juvenis historicamente situados. Outro aspecto relevante é a análise do papel dos grupos organizados, que funcionam de forma ambígua e contraditória, ora como obstáculo, ora como “pontes articuladoras” para a construção de novos projetos de participação política das juventudes (MISCHE, 1997, p.145).

O fator cognitivo é estudado na análise dos padrões comportamentais a partir das influências da escolarização, do interesse sobre a política e do conhecimento sobre temas desse campo. O conceito de “sofisticação política” apresentado por Baquero (2003, p. 111), cuja referência são estudos da teoria política clássica, refere-se a um nível mínimo de atenção e apreensão de informações sobre a política que evitariam a manipulação dos cidadãos e possíveis distorções do processo democrático. Assim, a democracia exigiria condições objetivas para a decodificação dos processos políticos como requisito para a solidificação do sistema democrático. A partir de estudos de medição quantitativa, das décadas de 1950 e 1960, passou-se a avaliar as “capacidades e habilidade políticas dos cidadãos”, que acabaram por confrontar essas condições da teoria clássica. Foram descobertas inconsistências ideológicas, como: instabilidade de crenças ao longo do tempo, falta de memória quanto às votações em eleições anteriores e desconhecimento sobre as instituições políticas e seu funcionamento (BAQUERO, 2003, p.112).

Especificando-se o conceito de sofisticação política, Fuks e Batista (2011) o traduzem pela expressão “conhecimento político” que, por sua vez, é composto pela posse de informações factuais sobre a política e pela sofisticação conceitual acerca desse campo. Estudos empíricos

desses autores evidenciam uma estratificação cognitiva, como fenômeno social que advém da estratificação social, asseverando que

pertencer a classes sociais mais altas e escolarizadas, estudar em escola de elite, ter acesso aos meios de comunicação e estar inserido em um ambiente familiar politicamente estimulante são os ingredientes que “empurram” os jovens para o estrato superior da divisão cognitiva da sociedade (FUKS; BATISTA, 2011, p.140).

Os pesquisadores Verba, Burns e Scholzman (2003) encontram conclusão semelhante ao analisar a sociedade americana no que tange à participação e interesse na política. Na visão desses autores, dois fatores são determinantes para esses comportamentos: o nível educacional e o envolvimento político, ambos dos pais. O processo de socialização no ambiente familiar de pais com maiores níveis educacionais aumenta a possibilidade de os filhos terem uma formação educacional, e esse ambiente “rico politicamente” também reforça o desenvolvimento de competências cívicas e do interesse na informação política. Nesse processo de causas e efeitos sucessivos, os autores indicam que a formação educacional também conduz a “trabalhos mais desafiadores e financeiramente compensadores”, além de ampliar as oportunidades de participação em instituições não-políticas (VERBA; BURNS; SCHOLZMAN, 2003, p.58)<sup>11</sup>.

Tomando-se a educação formal como variável central, uma análise dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro, de 2014, aponta que, quanto maior a escolarização, maior é o interesse pela política, destacadamente entre os que concluíram o ensino superior (DIAS; KERBAUY, 2015). Durante o ensino superior, os campos do conhecimento nos quais os educandos se envolvem também são relevantes para o comportamento político. Os estudantes que concentram seus estudos em ciências sociais e humanas, em contraste com os que cursam as ciências exatas e biológicas, “são mais propensos a participar de ações comunitárias, votar, discutir e participar da política, logo após a conclusão da graduação universitária”, verificação que inclui repercussão comportamental de longo prazo (HILLYGUS, 2005, p. 38-40)<sup>12</sup>.

Ao abordar essa temática, Schlegel (2011) aponta que a educação formal traz retornos absolutos, que vão impactar diretamente na atitude e comportamento político, devido ao desenvolvimento da capacidade cognitiva e do aprendizado de valores relativos às regras sociais. Estudos brasileiros sobre esses retornos políticos da educação apontam que apesar de existir associação entre escolaridade e comportamento político, ressaltam-se dessa conclusão importantes modalidades de participação, como dimensões do associativismo: partidos políticos, sindicatos, associações de bairro e associações religiosas (SCHLEGEL, 2011).

---

11 Tradução do autor.

12 Tradução do autor.

Ademais, esses efeitos políticos associados à educação e verificados quanto à preferência pela democracia, interesse pela política e disposição em participar de eleições, entre outros fatores, vêm sofrendo uma diminuição numa série histórica de pesquisa (1989, 1990, 1993, 2002 e 2006). Essa análise coloca em xeque uma posição convencional de estudiosos que vinculam o comportamento político à escolarização, ao menos no contexto brasileiro. Schlegel (2013) atribui essa diminuição à qualidade da educação pública nesse período, como possível causa ainda a ser estudada.

#### **1.4 Estudos empíricos sobre efeitos do letramento político**

Para dois teóricos fundadores da teoria da cultura cívica, Almond e Verba (1989), o processo de aquisição de valores democráticos, incluindo a participação política, nas novas democracias seria um processo de longo prazo e vinculado à modernização, entendida como racionalização pela educação e pelo desenvolvimento econômico, e também relacionado à renovação ideológica das gerações mais recentes. Entretanto, estudiosos como Finkel e Smith (2011), que analisam os efeitos de programas de letramento político, indicam que essa mudança cultural pode ser intencionalmente modificada num curto prazo. Essa afirmação se baseia em estudos de efeitos de programas de letramento político desenvolvidos em países como Quênia, Polônia, República Dominicana e África do Sul, que têm em comum serem nações com democracias recentes. Na análise realizada no Quênia, os estudos indicam que os adultos tiveram significativo aumento do conhecimento político e de participação, além de valorização do patriotismo, em contraposição à identificação tribal e de intolerância política. Nesse sentido, os autores desses estudos concluem:

A educação cívica, especialmente quando é conduzida de forma ativa, com métodos educacionais de participação política, pode funcionar e gerar efeitos diretos e imediatos de fortalecimento de atitudes democráticas, aumentando a consciência política entre adultos em novas democracias. Em termos teóricos, esses achados reforçam a mensagem de que valores e comportamentos podem mudar em curtos períodos de tempo (FINKEL; SMITH, 2011, p.432).

Estudos apontam que vários fatores influenciam a cultura política em curtos períodos de tempo, entre eles: a percepção sobre as condições econômicas, a avaliação do desempenho dos governos e a experiência com as autoridades governamentais. Segundo Finkel (2003), estudos empíricos apontam que essas variáveis podem interferir na tolerância, na confiança institucional e na noção de eficácia política.

Várias democracias passam por problemas semelhantes, que envolvem baixa participação política, intolerância, falta de informação e alienação em relação à política. A

análise da efetividade dos programas de letramento político mostra que esses problemas são minorados e, entre os principais resultados encontrados em três países com democracias recentes (República Dominicana, Polônia e África do Sul), está um efeito significativo na participação política. Além disso, esses estudos evidenciam que os programas que utilizam técnicas de aprendizagem voltadas à solução de problemas locais, exercícios de processos decisórios e que mantêm interação com agentes públicos conseguem resultados superiores àqueles baseados apenas em transmissão de informações. O número de sessões desses programas de letramento também apresenta relação com esses efeitos de ampliação da mobilização política (FINKEL, 2003).

As habilidades desenvolvidas nas práticas das atividades de letramento político são levadas ao cotidiano dos egressos e a intensidade desse processo educativo e interativo influencia numa maior participação posterior na política local. Finkel identifica que o envolvimento em associações civis, considerado como recurso de *network*, favorece os efeitos dos programas no que tange à participação política. O pesquisador também destaca que a educação formal contribui para uma maior consciência política nos países estudados já citados, com exceção da República Dominicana. De forma geral, Finkel (2003) aponta nos seus estudos que habilidades cognitivas e laços sociais favorecem efeitos positivos de programas de letramento político desenvolvidos com o objetivo de fortalecer uma cultura democrática.

No contexto brasileiro, estudos que abordam possíveis efeitos de programas de letramento político não são numerosos e, entre esses, destacam-se os desenvolvidos a partir da experiência do Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, responsável por uma das iniciativas mais antigas desse tipo no Brasil. Casalecchi e Gonçalves (2013, p.73) salientam que os participantes passaram a confiar mais nas instituições, quando comparados com grupos de controle de não participantes, o que permitiu aos autores considerar que eventos políticos que conseguem gerar um intenso fluxo informacional e uma experiência direta de envolvimento com a política podem alterar atitudes arraigadas na socialização política.

Análise semelhante fazem Fuks e Casalecchi (2012) ao investigar efeitos do PJ mineiro da edição de 2008, em que concluem que o projeto interfere significativamente no conhecimento político, na confiança política e na imagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o que não ocorreu em relação à imagem do Congresso Nacional. Em outro estudo, Fuks (2014) aponta que a metodologia dos programas de letramento político pode influenciar nos seus resultados e que, na edição de 2008 do PJ mineiro, não foi possível verificar aumento da

participação política<sup>13</sup> dos egressos, apesar desses outros efeitos supracitados. O autor relata também que estudos sobre o projeto de letramento político MINIONU indicaram aumento da participação política, o que pode estar relacionado à diferente metodologia utilizada. Para Fuks, manifesta-se nesse contexto o que ele denomina de ‘efeitos tardios’, assim, o Parlamento Jovem desperta o jovem para o mundo da política, “mas o eventual efeito do programa sobre o engajamento cívico seria indireto e mediado pela motivação política” (2014, p.434).

Quanto à durabilidade das mudanças cognitivas geradas pelo PJ mineiro, tanto Fuks (2014) como Casalecchi e Gonçalves (2013) ressaltam que seria necessária uma terceira onda de pesquisa, assim, a proximidade temporal da experiência socializadora e o levantamento de dados podem ter efeito significativo na verificação. Entre os resultados diretos do PJ mineiro, Fuks (2014, p.432) enfatiza que “o aumento de exposição à informação e do interesse por política é evidente. Os jovens saíram do PJ mais interessados por política e muito mais expostos ao noticiário político”. Dessa forma, espera-se que o estímulo ao hábito de se informar gere efeitos, no futuro, também indiretos e tardios no conhecimento político e no comportamento dos egressos. O mesmo autor indica que, entretanto, os “valores são mais resistentes à mudança do que a motivação, o conhecimento político e as atitudes diante de instituições políticas” (FUKS, 2014, p.442).

Uma pesquisa realizada junto a egressos das edições de 2007 e 2008 do PJB, por Carvalho (2009, p. 63), traz conclusão semelhante, ao afirmar que se amplia a informação política por meio do confronto de ideias no debate de temas de interesse coletivo, são desenvolvidas habilidades de articulação e convencimento e exercita-se o consenso, práticas que ensejam “uma mudança na imagem do jovem sobre a atuação do parlamentar e do Legislativo”. Estudo sobre o projeto Jovem Senador Brasileiro, abordando egressos das edições anuais de 2011 a 2014, também indica que os egressos passam a ter maior interesse “por notícias e informações sobre o governo, as leis e a política em geral”, além de praticamente a totalidade dos Jovens Senadores se sentirem mais inclinados a exercer sua cidadania, após a participação no projeto de letramento político (ODDONE, 2015, p.32). O estudo citado também aponta para efeitos no que tange ao sentimento de eficácia política, já que mais de 87% dos respondentes consideram que sua participação gerou influências em pessoas com quem convivem.

A análise do comportamento político e de efeitos de programas de letramento político também demandam o conhecimento acerca do perfil dos ingressantes como forma de se

---

13 Fuks (2014) faz uma ressalva metodológica a essa análise, já que a investigação envolve jovens de 14 a 17 anos, antes da participação e logo após, ou seja, não havendo tempo suficiente para inúmeras oportunidades possíveis de participação política, como o envolvimento em campanhas eleitorais, por exemplo.

possibilitar a verificação de possíveis mudanças de padrões comportamentais. Partindo-se dessa perspectiva, uma pesquisa com jovens participantes do PJB da Câmara dos Deputados, aplicada anteriormente à simulação parlamentar e utilizando grupos de controle, analisa valores e princípios da democracia liberal. O estudo indica que os jovens selecionados para o projeto apresentam maior interesse pelo Poder Legislativo e por partidos políticos, aceitam mais a lei como regra social, defendem em maior proporção a democracia como sistema ideal de governo e têm maior aceitação aos direitos das minorias (ROCHA, 2016). A percepção de um perfil diferenciado dos participantes do PJB também é verificada por Barros e Martins (2016) ao afirmarem que, já antes mesmo da participação, os jovens apresentam maior engajamento político quando comparados com o jovem brasileiro apresentado nas pesquisas nacionais sobre juventude.

Fica evidente, como demonstrado, a complexidade e a diversidade das perspectivas de análise do comportamento político e dos efeitos de projetos de letramento político. Essas pesquisas abordam questões como os resultados cognitivos dos projetos no que tange ao aprendizado e à construção de valores democráticos, avaliam efeitos na atitude política, tendo a confiança institucional e o sentimento de eficácia política como indicadores e também buscam relacionar as metodologias e conteúdos dos programas ao engajamento e à participação política.

Esta pesquisa busca unir algumas dessas temáticas ao analisar os possíveis efeitos do PJB no comportamento político e relacionando-o com a confiança institucional como expressão da cultura cívica. Enquadra-se também entre os estudos que, além de buscar identificar relações entre variáveis cognitivas e comportamentais, intenciona trazer à tona a expressão própria dos egressos sobre esses possíveis resultados da experiência política e educativa que o Parlamento Jovem Brasileiro proporciona. Assim, a condução deste estudo demandou a seleção de uma tipologia que melhor se adequa ao seu objetivo, dada a necessidade de se delimitar conceitos como participação política formal e engajamento cívico, por exemplo. A próxima seção inicia com uma descrição resumida do PJB, incluindo sua origem e seu método de trabalho. Com esse mister, o próximo capítulo apresenta a tipologia de formas de participação política selecionada e, em seguida, a análise dos dados.

## **2 ANÁLISE QUANTITATIVA DE EFEITOS DO PJB NO COMPORTAMENTO POLÍTICO**

### **2.1 O Parlamento Jovem Brasileiro**

O projeto realiza uma simulação da atuação parlamentar, durante uma semana, no segundo semestre de cada ano, juntamente com atividades formativas, sempre direcionadas ao processo legislativo, ou seja, ao debate e à tomada de decisões coletivas, tendo o jovem como protagonista. O público do PJB são jovens estudantes regularmente matriculados em escolas públicas ou privadas, entre 16 e 22 anos (2º e 3º anos do ensino médio ou do 2º, 3º e 4º do ensino médio integrado à educação profissional). O PJB foi idealizado pelo deputado federal Lobbe Netto (PSDB/SP) e instituído como um projeto institucional da Câmara dos Deputados por meio da Resolução nº 12/2003.

Apesar de alterações pontuais de procedimentos, seja na seleção ou nas atividades didáticas e de simulação, o PJB tem mantido uma constância de seus procedimentos e conteúdos, o que facilita uma análise histórica dos seus efeitos. Desde que foi criado, o PJB já realizou 13 edições (2004 a 2016). A seleção dos jovens parlamentares é realizada por meio de um concurso nacional de redação de projetos de lei. Para a realização da seleção, a Câmara conta com a parceria do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que realiza a divulgação do processo seletivo e a coordenação da participação das secretarias. Nos estados, servidores são especialmente designados para a realização de uma pré-seleção dos projetos de lei (quatro vezes o número de vagas por estado) para que, finalmente, uma comissão interna da Câmara dos Deputados selecione os jovens parlamentares conforme critérios pré-estabelecidos.

A simulação inclui eleição da Mesa Diretora com votação por meio de sistema eletrônico, normalmente realizada no Plenário Ulysses Guimarães, palestra acerca de análise orçamentária e de constitucionalidade, debate e votação dos projetos de cada jovem nas comissões temáticas, além de votação, em plenária final, das proposições selecionadas pelas comissões e pelo Colégio de Líderes do PJB, sendo todas as atividades organizadas conforme o Regimento Interno do projeto, homologado pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara nº 49/2004. A primeira atividade formativa, realizada antes do início das atividades de simulação, é uma palestra de sensibilização sobre a importância da tolerância política e do respeito ao decoro parlamentar. Assim, o projeto inclui atividades formativas voltadas ao aprendizado acerca do funcionamento do Poder Legislativo, ao mesmo tempo em que prepara os parlamentares jovens para o desenvolvimento das atividades típicas de um parlamentar. Durante a vivência, os jovens se articulam para composição de chapas eleitorais, redigem pronunciamentos e pareceres acerca

da sua proposição e das de outros colegas e exercitam a habilidade de argumentação para defender suas ideias e propostas legislativas. Apesar de o método do projeto não ter um caráter competitivo, a forma de seleção dos cinco projetos para a plenária final acaba por gerar uma disputa com base na argumentação. Na última votação da simulação, essas propostas selecionadas podem ser aprovadas ou rejeitadas pelo conjunto de parlamentares e essas proposições, quando aprovadas, são encaminhadas como sugestão à Comissão Executiva, que é composta anualmente por cerca de onze parlamentares indicados pelo Presidente da Câmara dos Deputados para acompanhar a execução da edição do projeto. Assim, de forma geral, a metodologia do projeto se caracteriza pelo foco no protagonismo do jovem nas atividades típicas do processo legislativo.

O método de simulação parlamentar implantado no PJB segue, em termos, o modelo anteriormente iniciado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que realiza, desde 1999, o projeto *Deputado por um dia*. O Parlamento Jovem Paulista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo tem formato semelhante e foi iniciado no mesmo ano. Nesse ínterim, diversas iniciativas semelhantes já nasceram, como o Parlamento Jovem Cearense, o Parlamento Jovem Amazonense, o Parlamento Mirim do Mato Grosso, entre outros.

Com um formato diferente, em 2004, foi iniciado o Parlamento Jovem Mineiro, coordenado pela Assembleia do Estado de Minas Gerais, por meio da sua Escola do Legislativo e em parceria com a PUC Minas. Desde 2010, o PJM estabeleceu parceria com diversas câmaras municipais e instituições educacionais locais, criando uma extensa rede de formação política no estado. A partir de 2014, o PJM incluiu também uma etapa regional em formato de plenária, no sentido de fortalecer a perspectiva da representação política no processo formativo. Os resultados alcançados pelo PJM têm sido objeto de estudos empíricos de pesquisadores que contribuem para a fundamentação desse trabalho.

Em termos metodológicos, o PJM assemelha-se ao European Youth Parliament (EYP), que reúne, desde 1987, três vezes ao ano, mais de 300 jovens de 16 a 22 anos, de cerca de 32 países europeus, para uma simulação, que acontece no período de aproximadamente duas semanas, de forma itinerante entre os países participantes. Essas iniciativas enfatizam o processo de apreensão de informações sobre temáticas relevantes para a sociedade, discussão dessas temáticas e tomada de posição dos representantes, funcionando num formato de seminário. Dessa forma, os documentos resultantes não são necessariamente projetos de lei, mas sim, cartas e manifestos que apresentam ideias e propostas para solução de problemas, o que pode, logicamente, incluir proposições legislativas. Enfatiza-se, nesse tipo de metodologia,



a participação dos jovens no processo de discussão e debate de questões públicas no âmbito da sociedade civil, sem uma vinculação do processo formativo aos procedimentos legiferantes.

Cosson (2009) faz uma comparação desses modelos de letramento político baseando-se nas semelhanças e diferenças da proposta paulista e mineira de parlamento jovem. O autor considera os métodos de simulação parlamentar empreendidos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e também na Câmara dos Deputados como um modelo padrão, ou seja, aquele no qual oportuniza-se aos jovens atividades voltadas à elaboração legislativa e aos procedimentos para a aprovação de uma lei. Já a proposta do PJ Mineiro é considerada como um contramodelo, por oportunizar uma forma diferente de atuação do participante.

O PJB pode ser considerado um modelo institucional de letramento político, já que, mesmo favorecendo o protagonismo, organiza a participação dos parlamentares jovens dentro dos procedimentos institucionais do processo legislativo. Cosson (2009, p.8) considera que esses dois modelos “levam os participantes a desenvolver habilidades de pesquisa, debate e negociação aplicadas à vida pública”, cumprindo assim com o que se preceitua como letramento político. Outras iniciativas de parlamento jovem em câmaras de vereadores apresentam ainda outro modelo, que inclui a perspectiva institucional dos procedimentos do processo legislativo e também engloba mecanismos de representação e participação durante todo um ano, “funcionando como uma casa legislativa paralela”, como na Câmara Jovem de São Domingos/SC (COSSON, 2009, p. 3) e também, mais recentemente, como implementado na Câmara Municipal de Palmeira/PR.

## **2.2 Tipologia de formas de participação política**

Optou-se pela tipologia desenvolvida por Ekman e Amnå (2012), segundo os quais, tendo como foco estudos sociológicos de língua inglesa, o termo *civic engagement* seria usado indiscriminadamente para denominar praticamente tudo em termos de participação política, de ações voluntárias até a participação eleitoral, por exemplo. Nesse sentido, esses pesquisadores fazem uma diferenciação que tem basicamente uma preocupação: diferenciar o que é uma participação política manifesta ou formal e o que seria uma orientação pré-política ou latente. Para realizar essa classificação, os autores utilizam um conceito de política que está vinculado ao poder. Uma atividade política manifesta estaria intencionada a influenciar as pessoas que possuem o poder na sociedade, ao passo que a participação política latente pode significar um potencial e que pode ser verificada na atenção e interesse pela política, por exemplo. Essa latência também se verifica em ações pontuais cujo foco é uma comunidade ou localidade

específica, porém sem a intenção de alterar as relações de poder estabelecidas. Conforme pode ser observado no Quadro 1, essa tipologia apresenta uma certa gradação: envolvimento (atenção e interesse em questões sociais), engajamento cívico (busca por informação e ação local), participação política formal (institucional) e ativismo não institucional legal e ilegal.

Quadro 1 – Tipologia de formas de participação política

| <b>Participação política latente</b>   |  | <b>Participação política manifesta</b>   |   |   |
|--|--|--|---|---|
| Envolvimento social (atenção/interesse)  | Engajamento Cívico (ação)  | Participação política formal   | Ativismo (participação política não institucional)                      |   |
|  |  |  | Legais – protestos e ações  | Ilegais – protestos e ações   |
| <b>Formas individuais</b>  |  |  |   |   |
| Percepção da política como importante  | Atividade que reflete o interesse pela política e por questões sociais, como: doações para ações de caridade, ler notícias sobre política, escrever comentários para jornais e reciclar seu lixo | Voto em eleições e referendos  | Boicote ao consumo de produtos por posição política                     | Desobediência civil   |
| Interesse pessoal pela política e por questões sociais   |  | Ações deliberadas de não votar ou votar em branco  | Assinatura de petições  |   |
| Conversas sobre política com amigos e familiares   |  | Contato com representantes e servidores públicos   | Distribuição de panfletos políticos                                     |   |
|  |  | Concorrer para um cargo público eletivo  | Posicionamento político em redes sociais e fóruns de debate na internet |   |
|  |  | Doar dinheiro para partidos políticos e organizações políticas   |   |   |
| <b>Formas coletivas</b>  |  |  |   |   |
| Sentimento de pertencimento a um grupo com um perfil político e agenda própria   | Voluntariado em trabalhos sociais, como: ajudar pessoas sem moradia e trabalhos de caridade e outros de base comunitária   | Participação política organizada: filiação em partidos políticos, em sindicatos e atuação em outras organizações         | Envolvimento em movimentos sociais e fóruns de debate                   | Ações coletivas de desobediência civil                              |
| Estilo de vida que se relaciona à política: identidade, roupas, música, alimentação e valores. Por exemplo: veganismo, skinhead, anarquismo. | Obs.: atuação fora do grupo familiar e do círculo de amizades  | Participação voluntária nessas inst., mesmo sem filiação, como: ir a reuniões e encontros, atuar em campanhas eleitorais | Participação em greves, protestos de rua e outras ações                 | Sabotagem e obstrução de rodovias ou trens                          |
|  |  |  |   | Participação em atos violentos                                      |
|  |  |  |   | Ocupações de prédios  |
|  |  |  |   | Confrontos violentos contra oponentes políticos ou contra a polícia |

Fonte: Tradução livre e adaptado de Ekman e Amnå (2012), Tabela 1 (pág. 292) e Tabela 2 (pág. 295).

Houve uma adaptação nessa classificação para definição mais adequada do que se considera engajamento cívico ao ser subdividida a atividade de ‘discussão da política e de questões sociais com amigos e na internet’. Considera-se as ‘conversas sobre política com

amigos e familiares’, conforme questionado na pesquisa, como representativo do Envolvimento Social (atenção/interesse) e o ‘posicionamento político em redes sociais e fóruns de debate na internet’ foi reclassificado como ativismo legal e não institucional. Essas alterações se baseiam no próprio argumento dos autores, que indicam que ações voltadas a influenciar as relações de poder caracterizam a participação política manifesta, assim o posicionamento e o debate de questões políticas na internet podem caracterizar uma intenção de convencimento a outras pessoas, o que aqui considera-se como ativismo. Já o envolvimento social se caracteriza, principalmente, pelo âmbito privado, espaço onde ocorrem as ‘conversas com amigos e familiares’. A tipologia de engajamento cívico em formas coletivas exclui o âmbito familiar e do círculo de amizades, o que também justifica essa redistribuição.

É importante destacar a lógica de âmbito institucional nessa classificação, já que estes autores consideram três ‘locais’ de envolvimento político: domínio privado, domínio cívico e domínio político. Nesse sentido, Ekman e Amnå (2012, p. 296) exemplificam que a participação em associações civis e em trabalhos voluntários é tipicamente realizada fora do domínio político, ou seja, está no âmbito do civismo, enquanto que o envolvimento social normalmente é caracterizado como privado. Essa tipologia tem a vantagem de subsidiar de forma objetiva trabalhos empíricos de verificação e mensuração do envolvimento dos cidadãos com a política, do seu engajamento cívico e da sua participação nas instituições.

Apesar de certa gradação presente nessa tipologia, os seus autores não a veem como uma escala sequencial e unidirecional, mas a constroem com a perspectiva de uma análise mais detalhada do envolvimento e atitude em relação à política. Essa posição se contrapõe a uma análise de Putnam (2000), que aponta um declínio no engajamento cívico e que este seria um problema central das democracias consolidadas. Entretanto, ele não apresenta qualquer delimitação do que seria o ‘*civic engagement*’, sendo que a tipologia apresentada por Ekman e Amnå objetiva responder a essa questão.

Com essa mesma perspectiva crítica de análise do possível fenômeno de recessão cívica, pesquisadores de diversos países buscam uma compreensão de novos perfis de comportamento e de repertórios de atuação que refletiriam mais precisamente o cidadão pós-moderno. Existe aparente consenso em relação a um declínio da participação convencional na política, o que se relaciona com a desconfiança em relação aos partidos políticos de forma central e às instituições que suportam o modelo democrático representativo, com ênfase aos parlamentos. Essa posição crítica em relação a essas instituições, entretanto, é acompanhada de uma posição favorável à democracia, rechaçando-se tendências autoritárias. Esses ‘*critical citizens*’ ou ‘*monitorial citizens*’ preferem formas mais individuais de atuação, sem uma formalização institucional, mas

se interessam e são engajados em assuntos políticos, porém se envolvem e atuam fora dos partidos políticos (EKMAN; AMNÅ, 2012; NORRIS, 1999; MARIEN; HOOGHE; QUINTELIER, 2010).

Essa análise da atitude e do comportamento dos cidadãos quanto aos assuntos relevantes para a sociedade em que se inserem é relevante para uma análise de como a cultura cívica de um povo pode manter, modificar ou transformar a democracia representativa, considerando-se que, além daqueles que estão diretamente atuando formalmente na política, há os cidadãos que podem estar dispostos, monitorando as situações e oportunidades de participação, ou mesmo de prontidão para intervirem de forma decisiva nas relações de poder vigentes.

Para Ekman e Amnå (2012), a partir da utilização de uma tipologia mais detalhada sobre o tema, pode-se estudar com mais propriedade o que se denomina como ‘recessão cívica’. Dessa forma, diferentes combinações de fatores podem ser analisadas para a compreensão da inserção política dos cidadãos, considerando-se suas relações sociais, sua ação individual e coletiva.

### **2.3 Coleta de dados e análise quantitativa**

São analisados os dados de um levantamento do tipo *survey*, com questionário (anexo) aplicado *online*, no mês de novembro de 2014, para as turmas de 2004 a 2013, e com nova aplicação em novembro de 2015, para a turma da edição de 2014. Os participantes desses 11 eventos foram contatados por meio de e-mail e Facebook, quando foram convidados a preencher um questionário com questões abertas e fechadas. Do total de 837 jovens que participaram do projeto nas 11 edições mencionadas, 206 responderam o questionário, representando 24,61% do universo estudado. Ao final da coleta de dados, optou-se pela exclusão das respostas relativas aos dois anos iniciais (2004 e 2005), em vista do baixo índice de respostas, devido à dificuldade de contato com esse grupo. Dessa forma, a análise final contempla nove anos do PJB, isto é, de 2006 a 2014, com amostra total que corresponde a 29,17% (199 respostas) do total de egressos das edições mencionadas (682 participantes). Ressalta-se que a base de dados completa, em formato aberto, encontra-se disponível na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados<sup>14</sup> para tornar possível a replicação destas análises ou para a realização de outros cruzamentos de dados não empreendidos nesse esforço.

---

14 MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira de. Parlamento Jovem Brasileiro: engajamento e participação política dos egressos (2006 a 2014). 2016. 66 f. Relatório de Pesquisa. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2016. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27719>

O *survey* pela internet foi o único meio viável de contato com os egressos de todas as edições, já que não existia um cadastro atualizado deles. Dado o tamanho reduzido da população estudada e a dificuldade de se conseguir endereços eletrônicos dos participantes das primeiras edições, foi obtida uma amostra não probabilística por conveniência. Esse formato de amostragem limita as possibilidades de análise quantitativa dos dados, bem como a definição de um nível de significância e de um erro amostral, já que não se teria segurança de que esse grupo representaria adequadamente a população analisada (OLIVEIRA, 2001). Todavia, após a obtenção das respostas, algumas das características dessa amostra indicaram uma boa representatividade em relação a alguns fatores relevantes dessa população, como sexo (Tabela 1), egressos por edição do projeto (Tabela 2) e Região de moradia no país (Tabela 3).

Tabela 1 – Sexo dos informantes

| <b>Gênero</b> | <b>N</b>   | <b>%</b>   |
|---------------|------------|------------|
| Masculino     | 104        | 52,26      |
| Feminino      | 95         | 47,74      |
|               | <b>199</b> | <b>100</b> |

Fonte: elaboração própria.

Quanto ao sexo, há praticamente uma equidade de participantes no PJB, o que também se refletiu na amostra: sexo masculino 52% (104) e o feminino 48% (95). Essa paridade ocorre, provavelmente, devido à seleção ser realizada por meio de concurso de redação de projetos de lei. São avaliadas, em duas etapas (no estado e na Câmara dos Deputados) a originalidade da proposta, a justificativa e a relevância para a sociedade, além de considerar questões da forma textual e de linguagem, o que possibilita uma oportunidade similar de participação para homens e mulheres.

Tabela 2 – Amostra total e amostra por edições do PJB

| <b>Edição</b> | <b>Amostra</b> | <b>% do total de respondentes</b> | <b>Egressos por edição - N</b> | <b>% do total de egressos de cada edição</b> |
|---------------|----------------|-----------------------------------|--------------------------------|--|
| 2006          | 17             | 8,54%                             | 78                             | 21,79%                                       |
| 2007          | 29             | 14,57%                            | 77                             | 37,66%                                       |
| 2008          | 20             | 10,05%                            | 78                             | 25,64%                                       |
| 2009          | 17             | 8,54%                             | 65                             | 26,15%                                       |
| 2010          | 15             | 7,54%                             | 77                             | 19,48%                                       |
| 2011          | 20             | 10,05%                            | 81                             | 24,69%                                       |
| 2012          | 16             | 8,04%                             | 70                             | 22,85%                                       |
| 2013          | 32             | 16,08%                            | 78                             | 41,02%                                       |
| 2014          | 33             | 16,58%                            | 78                             | 42,30%                                       |
| Total         | 199            | 100%                              | 682                            | 29,17%                                       |

Fonte: elaboração própria.

A obtenção da menor amostra por edição de 19%<sup>15</sup> (2010) e maior de 42% (2014) também reforça a representatividade da amostra, o que foi possível pela exclusão dos anos de 2004 e 2005, como já citado. O PJB reúne jovens de todos os estados da Federação, com número de participantes proporcionais ao número de Deputados Federais, que, por sua vez, tem sua proporção próxima à população dos estados. No sentido de caracterizar o perfil territorial da amostra, comparam-se, a seguir, essas informações na Tabela 3.

Tabela 3 – Comparação da amostra dos egressos e população das regiões

| <b>Região</b> | <b>Amostra por Região</b> | <b>Proporção da amostra por Região em relação à amostra total %</b> | <b>Total da população de egressos por Região</b> | <b>Proporção da população de egressos de cada região pela população total %</b> |
|---------------|---------------------------|---|--|---|
| Norte         | 18                        | 9,04  | 80   | 11,73   |
| Sudeste       | 79                        | 39,68   | 237  | 34,75   |
| Centro-Oeste  | 21                        | 10,55   | 52   | 7,62  |
| Nordeste      | 50                        | 25,12   | 206  | 30,20   |
| Sul           | 31                        | 15,57   | 107  | 15,68   |
| <b>Total</b>  | <b>199</b>                | <b>100</b>  | <b>682</b>                                       | <b>100</b>  |

Fonte: elaboração própria.

A comparação da amostra obtida de 199 egressos reuniu proporção muito próxima para a região Sul, teve leve sobrerrepresentação para os egressos da região Sudeste e Centro-Oeste e baixa subrepresentação nas amostras do Norte e Nordeste. Essa diferença pode ter sido causada pela técnica utilizada e pela dependência de acesso à internet e a computadores para a resposta ao questionário.

A falta de informações pregressas desse público, do perfil socioeconômico e do comportamento político anterior ao PJB impossibilitaram a definição de um desenho de pesquisa com técnicas de amostragem probabilística, o que daria maior segurança para uma análise quantitativa desses dados. Contudo, dadas as características listadas da amostra obtida, consideram-se os respondentes com adequada representatividade da população para os objetivos desta pesquisa. Dessa forma, este estudo apresenta análises quantitativas inferenciais utilizando-se de técnicas estatísticas não paramétricas.

---

15 Os percentuais descritos no texto estão arredondados para mais quando tiverem casas decimais maiores do que .50 ou para menos quando menores ou iguais.

A inferência estatística é definida por Siegel (1975, p. 1) como “deduzir como consequência, conclusão ou probabilidade”, no sentido de se “tirar conclusões sobre um grande número de eventos com base na observação de apenas uma parte deles”. O mesmo autor aponta que as técnicas não paramétricas são adaptáveis aos dados das ciências do comportamento, já que essa ciência normalmente utiliza dados que não são exatos do ponto de vista numérico, utilizando-se postos, ou números de ordem (SIEGEL, 1975). Já que as variáveis analisadas neste estudo, como confiança política, atividades de engajamento cívico e de participação política são dados categoriais, com escala nominal ou ordinal, as técnicas não paramétricas são adequadas, conforme será apresentado a seguir.

## 2.4 Confiança política no Poder Legislativo

Sobre essa temática, duas questões foram apresentadas aos egressos: Antes de participar do PJB, qual era o seu nível de confiança no Poder Legislativo? A questão seguinte trouxe a mesma questão e itens, porém solicitou-se a consideração do nível de confiança após o PJB, no mesmo questionário. As alternativas apresentadas têm a seguinte escala ordinal: nenhuma confiança, quase nenhuma confiança, alguma confiança e muita confiança. Nessa análise optou-se pela verificação da diferença das respostas nessas duas escalas, formando-se uma nova escala com sete níveis possíveis, sendo três negativos, zero e outros três positivos.

Utilizando-se do teste de hipóteses não paramétrico Kruskal-Wallis, que realiza a comparação de três ou mais médias (SIEGEL, 1975), foram verificadas hipóteses acerca dessa temática considerando-se, separadamente, as variáveis de perfil: tempo decorrido da participação no PJB (três grupos; 1 ano, 2 a 4 anos e 5 a 8 anos), nível de formação educacional completo ou em curso (ensino médio ou técnico, graduação e pós-graduação) e quanto às cinco regiões do país. Para a variável sexo (masculino e feminino) e tipo de cidade (capital ou interior) foi utilizado o teste não paramétrico Mann-Whitney que é adequado para a comparação de médias de duas amostras (SIEGEL, 1975). A comparação das respostas é possível pela transposição da escala ordinal para uma escala numérica, o que é suportado pelas técnicas não paramétricas selecionadas.

Tabela 4 – Nível descritivo (*p-value*) para a variação da confiança política no Poder Legislativo

| <b>Tempo</b> | <b>Sexo</b> | <b>Educação</b> | <b>Tipo de cidade</b> | <b>Região do País</b> |
|--------------|-------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| 0,6408       | 0,0959      | 0,6342          | 0,2797                | 0,9177                |

Fonte: elaboração própria.

A interpretação do nível descritivo desse teste se faz pela proposição de hipóteses acerca da comparação das médias analisadas. Para efeito explicativo, descreve-se, a seguir, o teste de hipótese para a variável ‘tempo decorrido’ da tabela 4 e que serve como referência para a leitura das demais variáveis de perfil, bem como para a tabela 5:

- Hipótese nula: Não há diferença entre as médias da variação da confiança no Poder Legislativo dos três grupos organizados pelo tempo decorrido da participação no PJB.
- Hipótese alternativa: Ao menos uma das médias dos três grupos é diferente.

Numa escala de 0 a 1, com o  $p\text{-value} = 0,6408$  relativo ao tempo decorrido da participação e resposta à pesquisa, não se pode rejeitar a hipótese nula, ou seja, as médias desses três grupos não diferem entre si, com um nível de significância de 95%. Assim, pode-se concluir que a percepção da variação da confiança institucional no Poder Legislativo, como efeito do PJB, é duradoura. A interpretação dos demais resultados é a mesma, já que nenhum dos níveis descritivos indicou uma diferença significativa na comparação das médias. Contudo, o fator sexo apresentou o menor valor de nível descritivo. Os dados mostram que 20% das mulheres subiram dois níveis na escala, ao passo que, entre os homens, 41% não variaram e 44% subiram apenas um nível na escala. Entretanto, pelo critério do nível de significância utilizado nesse teste (95%), não se pode concluir que haja uma diferença significativa nas médias apuradas.

A variação positiva da confiança política no Poder Legislativo se apresenta de forma duradoura entre os egressos, bem como não apresenta diferença significativa para as variáveis sociais analisadas. Os resultados gerais apresentam uma variação positiva da confiança no Poder Legislativo, pois para 58% da amostra houve uma variação positiva de ao menos um ponto na escala e, em contraponto, 35% relataram que o nível de confiança não se alterou. Pode-se afirmar, assim, que se amplia a credibilidade pública e a reputação do Poder Legislativo perante esse público, conforme preceitos de Giddens (1990). Esse processo de letramento político gera efeitos cognitivos em relação a essa instituição, alterando-se um quadro de ampla desconfiança entre os jovens, medido por Abramo e Branco (2005).

## **2.5 Confiança política nos partidos políticos**

A pergunta sobre confiança política realizada para o item foi repetida para os ‘partidos políticos’, utilizando-se da mesma escala. Para esta variável, também foi utilizada a diferença das escalas de antes e depois do PJB.



Tabela 5 – Nível descritivo (*p-value*) para a variação da confiança política nos partidos políticos

| <b>Tempo</b> | <b>Sexo</b> | <b>Educação</b> | <b>Tipo de cidade</b> | <b>Região do País</b> |
|--------------|-------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| 0,9993       | 0,3252      | 0,6082          | 0,3058                | 0,3212                |

Fonte: elaboração própria.

De forma semelhante ao que foi observado para a confiança no Poder Legislativo, não se verifica uma diferença significativa entre as médias da variação da confiança nos partidos políticos nos diferentes perfis dos egressos. A confiança nos partidos políticos teve menor impacto do que o verificado para o Poder Legislativo. Do total da amostra, 35% indicaram variação positiva, para 40% não houve alteração e outros 26% relataram uma variação negativa da confiança nos partidos. Ressalta-se que o PJB não abordava essa temática nos seus conteúdos do processo de simulação até a edição de 2015, já na edição de 2016 incluiu a formação de partidos políticos pelos parlamentares jovens durante a simulação, como forma de problematizar essa questão. O processo de envelhecimento dos partidos políticos somado à fragmentação partidária gerada pela proliferação de legendas (35 em 2016) e à baixa fidelidade partidária contribuem para que a expectativa da atuação dos partidos políticos, acerca dos seus interesses e preferências, seja baixa ou até mesmo negativa.

Constatação semelhante quanto à variação da confiança é feita quanto aos efeitos do Parlamento Jovem Mineiro. O ganho de conhecimento e atitudinal dos egressos desse programa também se relacionam aos conteúdos e às experiências institucionais oportunizadas. Assim, esses fatores são verificados em maior grau nos objetos próximos da experiência socializadora da ALMG, como por exemplo o conhecimento de deputados estaduais, a confiança em relação à Assembleia e também nas Câmaras de Vereadores<sup>16</sup>, em contraponto a outras instituições, como o Congresso Nacional, e a informações sobre os partidos políticos, que são ausentes do conteúdo do programa (FUKS, 2014).

A escala utilizada na pesquisa é correlata à do IBOPE nas pesquisas de opinião pública sobre confiança institucional, pela qual transforma-se essa escala categórica ordinal de quatro níveis numa escala de 0 a 100, formando-se um índice que facilita comparações. Por meio dessa técnica, o Índice de Confiança Social (ICS) do IBOPE (2015) mostra os partidos políticos (17) e o Congresso Nacional (22) com os menores níveis entre diversas instituições. Considerando-se a média centesimal encontrada no PJB, é possível perceber uma diferença importante em comparação ao ICS, conforme mostrado na tabela 6.

16 O programa é desenvolvido localmente com etapa final em formato de plenária na sede da ALMG.

Tabela 6 – Média centesimal da confiança institucional dos egressos

| <b>Confiança</b>       | <b>Antes</b> | <b>Depois</b> |
|------------------------|--------------|---------------|
| No Poder Legislativo   | 48,57        | 70,85         |
| Nos partidos políticos | 39,52        | 55,10         |

Fonte: elaboração própria.

Apesar das diferenças metodológicas de aplicação da pesquisa e da abrangência de idade do ICS, pode-se verificar que há uma variação importante no nível de confiança em duas instituições fundantes da democracia representativa, mas ainda persiste certa desconfiança em relação aos partidos políticos. Ao ser comparado esse resultado com os dados da pesquisa nacional de Abramo e Branco (2005), na qual 32% dos jovens afirmaram ‘confiar até certo ponto’ em partidos políticos e nos deputados e senadores do Congresso Nacional, e outros 65% e 64%, respectivamente, disseram ‘não confiar’, fica claro um distanciamento entre o perfil geral dos jovens e os egressos do PJB. Numa escala centesimal, esses dados da Pesquisa Nacional de Juventude (ABRAMO; BRANCO, 2005), os partidos políticos e deputados e senadores do Congresso Nacional obteriam apenas 19 pontos, aproximadamente, número muito próximo da pontuação apresentada no ICS, apesar de diferenças do público e no método de aferição.

É necessário ponderar a análise dessa variação da confiança política entre os egressos, dada a multiplicidade de fatores da socialização política que podem influenciar na formação dessa percepção subjetiva acerca das instituições aqui analisadas. Na revisão de literatura, foi indicada, entre esses fatores, a realidade política mediatizada com viés negativo, porém também há de se considerar outras variáveis aqui não estudadas, como as orientações cognitivas do ambiente familiar, o contexto educacional e de classe social dos egressos, além de questões motivacionais específicas das diferentes fases da vida desses cidadãos. Como analisam-se aqui resultados de um projeto de letramento político que envolve uma aproximação física dos jovens com a Câmara dos Deputados, com parte do seu corpo de servidores, deve-se levar em consideração que o resultado dessa análise pode ser influenciado pelas emoções que esses relacionamentos interpessoais suscitam.

Apesar da existência de variáveis ausentes na pesquisa que podem atuar como catalizadores da confiança institucional em relação às variáveis estudadas, entre elas; sexo, tipo de cidade, formação educacional e tempo decorrido da participação no PJB, não se verifica uma diferença significativa estatisticamente, o que leva à conclusão que os efeitos comportamentais, em um dos aspectos de interesse da cultura política não são efêmeros e independem do perfil

dos jovens participantes. A análise qualitativa dos depoimentos dos egressos também contribui para essa constatação, ao apresentar uma relevante ampliação do interesse pela política, o maior acompanhamento da agenda do Poder Legislativo e uma maior criticidade a partir da reconsideração de estereótipos acerca desse campo.

## 2.6 Engajamento cívico

Utilizando-se como referência a tipologia de Ekman e Amnå (2012), foram selecionadas as seguintes variáveis de comportamento para a caracterização do engajamento cívico: participação em ONGs e/ou atividades filantrópicas, associações comunitárias de bairro e/ou movimento estudantil. Essa variável foi construída considerando-se a atuação apenas após o PJB, o que representa 67% (134) de toda a amostra (199). A variável ‘participação em reuniões e ações coletivas de igrejas’, presente no *survey*, não foi considerada como engajamento cívico, tendo como base a tipologia selecionada. Com esse mesmo critério, a participação em sindicatos foi utilizada para a caracterização da participação política formal, característica que será analisada no próximo item deste capítulo.

Para a compreensão de quais variáveis de perfil e de efeitos do PJB podem estar associadas ao engajamento cívico, optou-se pela utilização da Regressão Logística Múltipla (*Multiple Logistic Regression*). Essa técnica de análise de dados é adequada para o estudo de uma variável dependente categórica, no caso, a presença ou não do engajamento cívico, que pode ser analisada juntamente a uma ou mais variáveis independentes categóricas e uma ou mais variáveis independentes ordinais (INTRODUCTION..., 2016)<sup>17</sup>.

Tabela 7 – Variável resposta – Engajamento cívico pós-PJB

| <b>Nível descritivo (<i>p-value</i>) para a regressão logística múltipla</b> |           |          |           |
|--|-----------|----------|-----------|
|  | Modelo 1  | Modelo 2 | Modelo 3  |
| Sexo masculino   | 0,10267   | 0,1095   | 0,10608   |
| Tempo (1 ano após o PJB)   |           | 0,9054   |           |
| Tempo (2 a 4 anos após o PJB)  | 0,03045 * | 0,0167 * | 0,03449 * |
| Tempo (5 a 8 anos após o PJB)  | 0,93774   |          | 0,95869   |
| Educação (médio ou técnico)  |           | 0,0110 * |           |
| Educação (graduação)   | 0,30124   | 0,0220 * | 0,30630   |

17 O teste estatístico utilizado é o *logistic regression* utilizando-se do pacote do software R – Stats (função GLM - Fitting Generalized Linear Models).

|                                  |            |           |            |
|----------------------------------|------------|-----------|------------|
| Educação (pós-graduação)         | 0,01152 *  |           | 0,01456 *  |
| Cidade - capital                 | 0,44444    |           |            |
| Confiança nos partidos políticos | 0,00139 ** | 0,0013 ** | 0,00111 ** |
| Confiança no Poder Legislativo   | 0,02592 *  | 0,0234 *  | 0,02986 *  |
| Aprendizado                      | 0,14528    | 0,1788    |            |
| AIC <sup>18</sup>                | 239,79     | 238,38    | 238,17     |

\* Estatisticamente significativo a 0,01.

\*\*Estatisticamente significativo a 0,001.

Fonte: elaboração própria.

Os valores da tabela 7 fazem referência ao nível descritivo (*p-value*) considerando-se um nível de significância de 95%, do que decorre que valores iguais ou menores que 0,05 implicam a aceitação de que essa variável analisada auxilia na explicação da variável resposta, no caso, o engajamento cívico pós-PJB. A seleção das variáveis do estudo deu-se pelo objetivo da pesquisa, que busca entender os efeitos do PJB no engajamento e na participação política dos egressos, mas também pela exclusão de variáveis que não apresentaram qualquer correlação significativa quando testadas em modelos mais amplos.

Verifica-se que o crescimento do nível de formação educacional dos egressos contribui para o engajamento cívico de forma significativa, conforme verificado nos três modelos. A técnica utilizada não permite o cálculo do nível descritivo (*p-value*) concomitantemente para os três níveis de formação, porém os dados descritivos reforçam essa ampliação da atuação cívica: nível médio e técnico (56%), graduação (68%) e pós-graduação (89%). Outro fato relevante deste *survey* é a maior participação de graduandos e graduados das ciências humanas, em comparação a áreas biológicas e de exatas. Essa mesma constatação é apresentada por Hillygus (2005) ao indicar a importância da educação de nível superior para o comportamento político mais participativo, além da percepção de que os conteúdos a que os educandos se submetem também influenciam no comportamento, já que os educandos das ciências humanas são mais propensos, num longo prazo, a participar de ações comunitárias, votar e discutir sobre política. Apesar de não ter sido incluído neste estudo, o nível educacional dos pais também tem efeito direto na educação formal dos filhos, além do comportamento político dos pais, que também podem oferecer um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de competências cívicas, conforme verificado em estudos empíricos por Verba, Burns e Scholzman (2003).

18 Função genérica de cálculo: Akaike's 'An Information Criterion'. Quanto menor o valor, mais adequado é o modelo para explicação da variável resposta (SAKAMOTO, ISHIGURO, KITAGAWA, 1986).

De forma semelhante ao nível de formação, o tempo decorrido da participação no PJB apresentou associação significativa com a variável resposta – engajamento cívico, com ênfase para o grupo que participou do PJB de 2 a 4 anos, que teve 78% de manifestação da atuação cívica contra 58% daqueles que haviam passado pelo PJB há apenas 1 ano.

A variável sexo não apresentou significância estatística para a compreensão do engajamento cívico, porém tem um nível descritivo baixo, devido à maior participação masculina nos quesitos estudados, o que também se observa na participação política formal. A análise da variável sexo demonstra que o espaço onde se realizam atividades cívicas, como em ONGs, associações de bairro e, principalmente, no ambiente da coletividade estudantil, é importante para a maior participação feminina, provavelmente por oferecer maior igualdade de oportunidades de atuação, diferentemente do que ocorre no âmbito partidário. Essa diferença da participação política masculina e feminina também é reforçada pela relevante discrepância na atuação política formal, conforme será apresentado na próxima análise.

A variação da confiança no Poder Legislativo e nos partidos políticos apresentou correlação significativa com a variável resposta em todos os modelos testados. Quando excluída uma dessas variáveis independentes, é enfraquecido o poder explicativo representado pelo crescimento do AIC. Essa correlação entre confiança e engajamento cívico se aproxima do que Moisés e Carneiro (2008) concluem acerca da apatia e impotência política, enquanto associadas com a desconfiança nas instituições políticas, já que se verifica que os egressos do PJB que tiveram maior variação positiva da confiança política no Poder Legislativo e nos partidos políticos também se engajam mais em ações cívicas. Essa observação vai na mesma linha da defesa de Baquero acerca da necessidade de ampliação da distribuição de recursos, não apenas materiais, mas também simbólicos, para disseminar uma ação política que transcenda o individualismo, reforçando-se a reciprocidade e a cooperação coletiva como ingredientes de uma democracia social participacionista (2003, p. 134). O conceito de republicanismo cívico de Crick (2007) segue na mesma direção ao incluir a importância da participação popular para a formação de uma sociedade civil organizada entre o Estado e os cidadãos ao enfatizar o letramento político como um dos meios para a formação do cidadão ativo e participante da vida pública. O engajamento cívico fortalece a democracia e oportuniza a inserção do cidadão na esfera pública. Nesse sentido,

aprofundamos a democracia quando encorajamos o florescimento das associações que as pessoas formam de acordo com os interesses, opiniões e perspectivas que consideram importantes. As atividades autônomas e plurais das associações civis propiciam aos indivíduos e aos grupos sociais, em sua própria diversidade, uma inestimável oportunidade de serem representados na vida pública (YOUNG, 2006, p.187).

## 2.7 Participação política formal

A participação política formal dos egressos foi verificada por meio de quatro tipos de atividades ou envolvimento em instituições, classificadas por Ekman e Amnå (2012) como participação política manifesta: sindicatos, filiação partidária, militância política e participação em campanhas eleitorais. Ao todo, foram classificados nesta análise 50% (99) de todos os egressos. A categorização considerou apenas a participação pós-PJB.

Tabela 8 – Variável resposta – Participação política formal pós-PJB

| <b>Nível descritivo (<i>p-value</i>) para a regressão logística múltipla.</b> |              |              |              |
|---|--------------|--------------|--------------|
|   | Modelo 1     | Modelo 2     | Modelo 3     |
| Sexo Masculino  | 2,06e-05 *** | 2,01e-05 *** | 2,41e-05 *** |
| Tempo (2 a 4 anos após o PJB)   | 0,07342      | 0,04923 *    | 0,05152      |
| Tempo (5 a 8 anos após o PJB)   | 0,00291 **   | 0,00142 **   | 0,00124 **   |
| Educação (graduação)  | 0,70500      |              |              |
| Educação (pós-graduação)  | 0,65505      |              |              |
| Movimento estudantil (antes ou após o PJB)                                    | 1,13e-05 *** | 1,40e-05 *** | 2,02e-05 *** |
| Aprendizado   | 0,10091      | 0,07564      | 0,03347 *    |
| Confiança nos partidos políticos  | 0,26652      | 0,27908      |              |
| AIC   | 231,66       | 228,38       | 227,57       |

(“.”) Estatisticamente significativo a 0,05.

\*Estatisticamente significativo a 0,01.

\*\*Estatisticamente significativo a 0,001.

\*\*\*Estatisticamente significativo a 0.

Fonte: elaboração própria.

A variável sexo interfere diretamente na participação política formal. Entre os homens, 66% apontaram algum tipo de participação, contra 39% das mulheres. Essa constatação é reforçada por estudos empíricos de Norris e Krook (2009), que identificam desigualdade na participação política das mulheres entre latinos, afroamericanos e brancos nos Estados Unidos da América, em dados de 1990. No Brasil, Sachet (2009) indica essa desigualdade pela baixa representatividade feminina no Congresso Nacional e em cargos públicos, em contraste a uma maioria sensível desse gênero nos movimentos sociais.

O tempo decorrido da participação apresenta-se como relevante fator para a participação, acompanhando o que Okado (2013) apresenta como “efeito curvilíneo”, que representaria um

processo de amadurecimento durante a juventude e a ampliação das relações sociais na fase adulta, o que levaria a mais oportunidades de participação e ao maior interesse pela política. Diferentemente do engajamento cívico, a participação política formal não apresenta associação significativa com o nível de formação educacional nem em relação à variação da confiança nos partidos políticos. Os egressos que participaram de movimento estudantil têm maior probabilidade de também atuarem formalmente na política. Moreno e Almeida (2009) ressaltam a relevância das próprias instituições ou movimentos sociais organizados como agências de socialização. Trata-se, pois, de um processo pelo qual os jovens militantes são orientados e preparados para participarem do movimento. Ao longo dessa preparação, os jovens passam a inculcar novas visões e representações, além de adquirir novos repertórios de reflexão e de ação e exercer novos papéis, o que implica o ajuste, redefinição ou perda de outros papéis mais antigos que passaram a não fazer mais parte desse novo universo no qual os jovens passam a transitar. Nessa mesma perspectiva de análise, o movimento estudantil “desempenha uma função na socialização, porque a interação em associações voluntárias e as experiências de cooperação socializam os membros para a democracia e ampliam as redes de parcerias”. Em outras palavras, “as associações funcionam como escolas para se aprender democracia” (NAZZARI, 2005, p.148-149).

O modelo 3 da Tabela 8, que apresentou a melhor adequação para a explicação do comportamento político dos egressos, retrata o nível de aprendizado no PJB como quesito que contribui para a compreensão da variável resposta. Essa constatação reforça a posição de Finkel (2003) de que a qualidade do processo formativo e estratégias de exercício de processos decisórios em programas de letramento político podem resultar na ampliação da mobilização política.

Ao analisar o comportamento político de egressos do Parlamento Jovem Mineiro, Fuks (2014) aponta a possibilidade da existência de efeitos tardios quanto à participação política, o que também é verificado nessa análise da participação política formal dos egressos. A significância estatística da variável tempo demonstra que os efeitos no comportamento político relacionam-se ao acúmulo de recursos materiais e cognitivos, além de vínculos sociais, favorecendo-se a participação, conforme apontado por Okado (2013). Os dados descritivos da participação política formal pelo tempo decorrido da participação no PJB ajudam a ilustrar essas considerações: 1 ano (35%), 2 a 4 anos (51%) e 5 a 8 anos (60%). Importante lembrar que a faixa etária dos respondentes do *survey* é de 17 a 29 anos de idade.

Apesar de constatações que indicam a relevância do PJB como processo catalizador de mudanças comportamentais no engajamento cívico e na participação política dos egressos, o

que também será demonstrado na análise dos depoimentos, deve-se também ponderar essa análise com mais um teste estatístico que demonstra uma forte correlação positiva da participação em movimentos estudantis anteriormente ao PJB. Assim, pressupõe-se que motivações dos jovens quando chegam ao PJB também podem influenciar, de forma relevante, esse comportamento analisado. Nesse contexto, a predominância masculina na atuação política formal também é verificada.

Tabela 9 – Nível descritivo (*p-value*) para a regressão logística múltipla

| <b>Variável resposta – participação política formal pós-PJB</b> |              |
|---|--------------|
|   | Modelo 1     |
| Sexo masculino  | 0,021587 *   |
| Movimento Estudantil (antes do PJB)                             | 0,000144 *** |

\*Estatisticamente significativo a 0,01.

\*\*\*Estatisticamente significativo a 0.

Fonte: elaboração própria.

## 2.8 Engajamento cívico e participação política formal por sexo

Ao analisar um possível efeito do PJB, em termos quantitativos, no comportamento de homens e mulheres, deve-se levar em conta o perfil diferenciado dos jovens que se inscrevem e que são selecionados para o projeto. Como apresentado anteriormente, a participação em movimento estudantil tem forte relação com o engajamento político formal e, ao verificarmos o engajamento feminino na política estudantil, em termos descritivos, elas possuem maior participação anterior ao PJB, 55%, contra 48% do público masculino. Quando quantificada a participação no movimento estudantil após o PJB, excluindo-se esse grupo citado, a ativação desse comportamento é verificada em 53% das mulheres e em 69% dos homens, tendo-se como referência o quantitativo de jovens que não haviam participado do movimento estudantil antes do PJB. Considerando-se conjuntamente o maior quantitativo de mulheres que já atuavam na política estudantil e este percentual de ativação elencado, reforça-se a análise inferencial do engajamento cívico, em que não são identificadas diferenças significativas entre os sexos. Sobre essa temática, estudo nacional elaborado por Sacchet (2009, p. 324)<sup>19</sup> indica que homens e mulheres tendem a participar de associações de cunho distinto.

19 O estudo se baseia em dados do *survey* nacional “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, realizado pelo NUPPS/USP e CESOP/UNICAMP, em junho de 2006, com 2004 eleitores brasileiros.



Os homens participam mais em associações ligadas à esfera pública, como por exemplo, aquelas relacionadas ao mundo da política, do trabalho e do lazer, enquanto as mulheres participam mais em associações que lidam com assuntos relacionados à família e à comunidade. (...) Os homens, por outro lado, associam-se mais em grupos ligados à esfera pública, os quais auxiliam na formação de redes interpessoais mais heterogêneas, que criam incentivos políticos e geram recursos político e financeiro.

Levando-se em consideração esses estudos que apontam diferença na participação política formal entre homens e mulheres, adentra-se nessa análise a partir dos dados desta pesquisa. O instrumento utilizado previu respostas sobre atividades políticas formais, anteriormente ao PJB, após, com possível interrupção, e atualmente (Anexo 1). Considerando-se apenas as três atividades analisadas que envolvem diretamente os partidos políticos, a Tabela 10 apresenta o percentual de homens e mulheres que já haviam participado de ações partidárias (% antes) e porcentagem de egressos que se envolveram apenas após o PJB (% após), nesse último cálculo exclui-se o primeiro grupo já ativo antes do projeto.

Tabela 10 – Atividades partidárias antes e após o PJB por sexo

|                      | <b>Masculino</b> |        | <b>Feminino</b> |        |
|----------------------|------------------|--------|-----------------|--------|
|                      | % antes          | % após | % antes         | % após |
| Filiação partidária  | 12%              | 31%    | 6%              | 12%    |
| Militância política  | 13%              | 38%    | 6%              | 20%    |
| Campanhas eleitorais | 26%              | 48%    | 15%             | 27%    |

Fonte: elaboração própria.

Um percentual relevante de jovens egressas do PJB envolveu-se em atividades partidárias após a experiência, porém sempre em número inferior ao verificado entre os homens. Em termos de aprendizado sobre temáticas como ‘a relação entre o Legislativo e o Executivo’, ‘o papel dos partidos políticos no Congresso Nacional, entre outros quatro elencados, a média do nível de apreensão é praticamente idêntica, numa escala de 0 a 10, mulheres - 7,98 e homens - 8,02. Como analisado nos itens 3.4 e 3.5, a confiança política no Poder Legislativo e nos partidos políticos varia de forma semelhante entre esses grupos. Apesar desses efeitos cognitivos serem próximos, em termos motivacionais a diferença é relevante. Foi oferecida uma escala de quatro níveis de motivação para o envolvimento na política formal via partidos políticos e se posicionaram nos dois níveis mais altos 67% dos egressos, enquanto que apenas 41% das egressas. Resultado na mesma direção é verificado na pergunta sobre o estímulo à candidatura pelo PJB, para a qual 25% das mulheres responderam sim, contra 75% dos homens.

Assim, pode-se considerar que, apesar de efeitos equânimes do PJB na cultura cívica, representada pela confiança política, os efeitos do projeto são também “mediados pela motivação política” (FUKS, 2014), o que pode estar relacionado à desigualdade da participação política formal entre os sexos. Apesar da diferença no total de homens participando de atividades partidárias antes e após o PJB, é importante ressaltar um crescimento significativo da atuação feminina posteriormente ao projeto. Menos egressas se envolvem em atividades partidárias em relação aos egressos, porém a ativação desse comportamento acontece em proporção semelhante entre os sexos, conforme apresentado na Tabela 10, o que leva a crer que os efeitos na participação política formal podem ser próximos para homens e mulheres, acompanhando a paridade dos efeitos no aprendizado e na confiança política em relação aos partidos políticos e ao Poder Legislativo.

## **2.9 Perfil de participação política pré e pós-PJB**

Nos itens anteriores, foram analisados o engajamento cívico e a participação política formal dos egressos, com foco no comportamento político após a experiência de simulação parlamentar. Esse item busca detalhar essa análise, oferecendo um retrato descritivo dos dados levantados, incluindo o comportamento anterior ao projeto. Foram selecionadas as questões do *survey* que mais se aproximavam da tipologia de referência. A atenção e o interesse pela política foram caracterizados pela questão: “Hábito de conversar com amigos e familiares sobre política?” O quesito engajamento cívico reuniu as variáveis já analisadas no item 3.6 (ONGs, associações de bairro e movimento estudantil). A participação política formal aqui foi medida de forma correlata ao demonstrado no item 3.7 (sindicatos, filiação partidária, militância política ou participação em campanhas eleitorais). A participação política manifesta, porém não institucional, denominada como ativismo, foi identificada a partir das seguintes questões: participação em manifestações ou protestos de rua, compartilhamento de opiniões sobre política em redes sociais ou pela elaboração de abaixo-assinados, petições ou manifestos. O ativismo por meio de ações ilegais, presente na tipologia, não foi incluído no *survey*.

Tabela 11 – Contagem de respostas e percentual pela tipologia de engajamento cívico e participação política

|              | <b>Participação política latente</b>    |     |                           |     | <b>Participação política manifesta</b> |     |  |     |
|--------------|---|-----|---------------------------|-----|--|-----|--|-----|
|              | Envolvimento social (atenção/interesse) |     | Engajamento Cívico (ação) |     | Participação política formal           |     | Ativismo (participação política não institucional e legal) |     |
| Antes do PJB | 66                                      | 33% | 135                       | 68% | 55                                     | 28% | 114  | 57% |
| Após o PJB   | 171                                     | 86% | 134                       | 67% | 99                                     | 50% | 163  | 82% |

Fonte: elaboração própria.

Esses dados apontam para uma ampliação relevante do interesse pela política, aqui representada pelo hábito de conversar sobre política, o que também é reforçado pelos relatos escritos pelos egressos e que são analisados no capítulo 3. Em termos de engajamento cívico, não há praticamente nenhuma diferença em relação ao antes e depois, o que deve ser ponderado pelo fato de a participação em movimento estudantil ser um comportamento já praticado por 51% dos ingressantes no projeto.

Essa contagem mostra uma ampliação relevante de egressos que tiveram alguma atuação política formal. Entre os 99 (50%) egressos aqui indicados, 63 (32%) estão ou foram filiados a algum partido ou atuaram na militância partidária, o que reforça, mais uma vez, a possibilidade de que o PJB atraia jovens com perfil diferenciado em termos de politização e também que o projeto possa ter um efeito importante na ampliação da atuação dos egressos na política formal. Esse tipo de iniciativa voltada à formação política poderia, a partir dessa análise, minorar a desinstitucionalização da ação política como expressão da “rejeição dos modelos de funcionamento do sistema democrático” (AUGUSTO, 2008, p.162).

O ativismo político pode estar sendo reforçado pelo PJB, haja vista a ampliação da atuação dos egressos nessas ações legais de participação política não institucional. O número de jovens que passaram a ter o hábito de compartilhar opiniões sobre política nas redes sociais, por exemplo, mais que dobrou, passando de 59 (30%), antes do PJB, para 136 (68%) após a participação. Essa atuação expressiva dos egressos em ações de ativismo, mesmo anterior ao PJB, contrasta com o pequeno número de jovens que afirmaram já ter o hábito de conversar sobre política antes da experiência, 66 (33%), o que pode ser considerado contraditório, mas que também é verificado por Castro (2008) ao afirmar que o sentido político das ações nem sempre aparece de forma ostensiva.

A participação em protestos e manifestações de rua, aqui caracterizadas como participação política manifesta e ativismo político, amplia-se de 76 (38%) para 96 (48%) após a participação no PJB. Um crescimento sensível também é verificado na atividade de elaboração ou assinatura de petições e abaixo-assinados, passando de 86 (43%) para 122 (61%). Um fator que explica a elevada adesão de jovens a protestos e manifestações é efeito denominado contágio comportamental, resultado da influência de uns sobre os demais, ocasionando amplas manifestações coletivas de adesão aos mesmos comportamentos e atitudes. Os protestos e manifestações atraem os jovens porque são movimentos “que se formaram e que funcionam de maneira apartidária, mantendo autonomia e independência em relação a governos. São movimentos horizontais, que recusam a ideia da concentração da representação em uma liderança individual” (NOBRE, 2013, p.4).

## 3 COMO OS EGRESSOS EXPRESSAM OS EFEITOS DO PJB

### 3.1 Análise Qualitativa

A abordagem qualitativa é utilizada na análise das respostas abertas dos egressos acerca das mudanças de atitude e comportamento político que estes percebem como influência da participação no PJB. Essa análise contribuirá para o estudo no sentido de trazer à tona os sentidos e visões que os egressos atribuem aos possíveis efeitos cognitivos e comportamentais resultantes da participação no projeto. É importante destacar que, dos 199 egressos que fazem parte da amostra estudada, 144 responderam à questão aberta do estudo, o que reforçou a oportunidade e a necessidade da análise qualitativa.

As respostas textuais escritas são analisadas utilizando-se o método da *análise de conteúdo*, conforme preconizado por Bardin, visando estabelecer correspondências entre as estruturas semânticas ou linguísticas e estruturas psicológicas ou sociológicas, entre elas; condutas, ideologias e atitudes presentes nos enunciados. Nesse sentido, essa análise será realizada não apenas de forma descritiva, mas buscando identificar sentidos que se encontram em segundo plano (2004, p. 36). A análise de conteúdo busca o teor latente nas mensagens, a desocultação, o não dito por meio da dedução e da inferência (BARDIN, 2004, p. 7).

Entre as técnicas da *análise de conteúdo*, a principal utilizada é a análise categorial, que consiste no trabalho de classificação e categorização com base na semântica dos conteúdos (FONSECA JÚNIOR, 2008). A análise categorial considera a totalidade de um texto que é analisado com base em critérios de classificação, espécie de gavetas ou rubricas representativas dos elementos de significação presentes na mensagem. Pode ser considerado como um método taxonômico, ou seja, de ordenamento com base na objetividade. Por meio de percentagens, a partir desse recenseamento baseado na frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido, racionaliza-se a abordagem dos conteúdos e oportuniza um olhar mais apurado do pesquisador acerca dos dados (BARDIN, 2004).

No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias (...) é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de divisão do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples (BARDIN, 2004, p. 147).

A escolha dos critérios de classificação é um momento relevante no uso dessa técnica e depende do que se pretende encontrar, quando se elaboram as categorias por meio de

identificação de unidades de codificação, Bardin (2004) destaca que quando existe ambiguidade na identificação do sentido dos textos, é necessária a definição de unidades de contexto, que podem auxiliar na compreensão das mensagens. Fonseca Júnior (2008) destaca a importância de se explicitar quais dados estão sendo analisados, qual o perfil da população analisada e em qual contexto aconteceu a produção desse discurso. Enfatiza também a necessidade de a pesquisa mostrar qual o contexto do pesquisador na elaboração das inferências, relatando-se os pressupostos sobre a relação dos dados e esse contexto.

A análise categorial depende da escolha de índices representados por indicadores que vão determinar a operação de recorte do texto utilizando unidades comparáveis, no caso temáticas. Esse tratamento dado ao material é denominado ‘codificação’, no qual se usam recorte, agregação e enumeração para atingir uma transformação de dados brutos do texto numa descrição clara das características do conteúdo manifesto. Nesse sentido, busca-se, por meio de operações estatísticas como percentagens ou análises fatoriais, estabelecer quadros de resultados, diagramas ou modelos que demonstrem a análise dos dados (BARDIN, 2004).

### **3.2 Categorização dos depoimentos dos egressos**

Dos 199 participantes, 144 responderam à questão aberta do *survey*: O PJB influenciou na sua vida cotidiana? Descreva aquelas modificações de opinião sobre a política ou de comportamento que porventura tenham ocorrido. Ou seja, 72% do total da amostra pesquisada se manifestaram. Oito respostas apresentaram resultados de alteração do comportamento que podem ser consideradas negativas, sendo que duas delas foram apenas “não”. Entre essas respostas que apontaram algum efeito adverso, listam-se abaixo duas delas que refletem um ‘maior pessimismo em relação à política nacional’, categoria que teve o menor quantitativo (2%) na classificação exibida na Tabela 12:

- Já faz quase 10 anos que participei do projeto, de lá para cá minha opinião sobre a política só vem piorando, principalmente pelo fato das constantes denúncias de corrupção, pelas quais os acusados nunca são punidos da forma que deveriam (C3, 25 anos, feminino, interior/RS).
- A visão sobre os parlamentares, porém piorou (C85, 21 anos, feminino, interior/SC).

Um total de 68% da amostra estudada reconhece e relata efeitos e impactos no modo de pensar e de se comportar. As respostas apontam para várias possibilidades de interferências do programa em termos de atitude política e de comportamento. Por essa razão, uma mesma resposta pode ter sido incluída em diferentes categorias, conforme o teor do relato. Destaca-se

que o foco de análise neste estudo são efeitos no comportamento pós-PJB, e, por esse motivo, referências aos tipos de conhecimentos adquiridos na simulação não serão contabilizadas, apesar de terem sido amplamente listadas.

Tabela 12 – Contagem da presença de indicadores de comportamento e atitude política nos depoimentos

|    | <b>Categorias</b>  | <b>N</b> | <b>%</b> |
|----|--|----------|----------|
| 1  | Criticidade em relação à política                                      | 51       | 26%      |
| 2  | Interesse pela política  | 37       | 19%      |
| 3  | Motivação para o engajamento cívico (sem citação a vínculo partidário) | 32       | 16%      |
| 4  | Acompanhamento da política e da atividade parlamentar                  | 30       | 15%      |
| 5  | Escolha profissional e atuação acadêmica                               | 19       | 10%      |
| 6  | Postura cidadã no cotidiano  | 12       | 6%       |
| 7  | Motivação para a participação política formal (com vínculo partidário) | 11       | 6%       |
| 8  | Aumento da confiança nas instituições políticas                        | 8        | 4%       |
| 9  | Valorização do voto e do processo eleitoral                            | 5        | 3%       |
| 10 | Pessimismo em relação à política e à atividade parlamentar             | 3        | 2%       |

Fonte: elaboração própria.

### **3.3 Criticidade em relação à política**

A categoria mais identificada nas respostas dos egressos, totalizando aproximadamente 26%, refere-se ao aumento da criticidade em relação à política, aspecto ressaltado por 51 dos 199 informantes. Essa maior criticidade na análise das temáticas que envolvem a política fica evidente no uso de termos como: preconceito, estereótipos, senso comum, senso crítico, mudança de opinião/visão, reais funções dos parlamentares etc. Os relatos a seguir exemplificam essa classificação:

- A modificação na minha opinião foi gritante, vejo o legislativo com outros olhos, acredito que existem pessoas realmente engajadas em dar um destino diferente ao nosso país e aos brasileiros (C31, 24 anos, feminino, interior/MG).

- Influenciou muito! Além de conhecer os processos legislativos, minha visão hoje sobre partidos políticos e projetos, por exemplo, é mais crítica e realista (C46, 25 anos, feminino, capital/MG).

- Quanto ao comportamento, passei a ter uma visão mais crítica e julgar somente aquilo que de fato conheço, em relação ao legislativo do país (C48, 23 anos, feminino, interior/DF).
- Passei a ter uma visão mais aprofundada da questão política, deixando de ter aquela visão crítica advinda do "senso comum e sem fundamento"; aprendi que o trabalho do Poder Legislativo é muito sério (C63, 24 anos, feminino, capital/ES).
- Antes do PJB, possuía uma visão muito estereotipada da política nacional (C156, 18 anos, masculino, capital/PB).

A análise desses relatos remete à importância de aspectos cognitivos representados por conhecimentos acerca das atribuições das instituições políticas, das formas de representação política e de habilidades pessoais para a participação, o que Baquero denomina de condições objetivas para a decodificação dos processos políticos. Essa mudança no seu aspecto cognitivo resulta na “sofisticação política” e tem impacto direto no comportamento político, como infere-se a partir da análise dos depoimentos aqui categorizados. Ao mesmo tempo, a representatividade dessa categoria indica uma possível reversão do quadro de desconfiança em relação às instituições políticas, o que se associa, em alguns países, à apatia e à impotência política, segundo Moisés e Carneiro (2008). Os egressos se tornam mais críticos em relação à política, a partir da obtenção de conhecimentos sobre o funcionamento do processo legislativo na Câmara dos Deputados. Retomando-se a análise quantitativa, a variação positiva da confiança política no Poder Legislativo se mantém no tempo, o que também se verifica nessa categoria com jovens de diferentes faixas etárias, destacando a maior criticidade como efeito do PJB. Uma pista para a compreensão da desconfiança política generalizada poderia, assim, estar representada na falta de conhecimento e nos estereótipos que fazem parte do imaginário coletivo da sociedade brasileira.

### **3.4 Interesse pela política**

De forma correlata à análise do perfil dos egressos pré e pós-PJB, exposto no item 3.7, foram categorizados os depoimentos que indicaram diretamente a ampliação do interesse pela política e aqueles que apontam a valorização ou a mudança de hábito no que tange à discussão e debate acerca da política, com familiares ou amigos. A agregação desses conteúdos fundamenta-se na tipologia de participação política latente (envolvimento social), conforme Ekman e Amnå (2012), apresentada no Quadro 1.

Essa categoria representa 19% dos egressos de toda a amostra. Como pode ser verificado em dois depoimentos listados abaixo, o interesse pela política é uma atitude que também se



relaciona com o comportamento de pesquisar e acompanhar o noticiário político. Essa categoria reflete claramente a participação política latente descrita na tipologia de participação política utilizada neste estudo, representando o envolvimento social, dado o interesse pela política e o engajamento cívico pela ação de acompanhar os fatos políticos.

- Após a experiência no PJB indubitavelmente o meu interesse pela política aumentou consideravelmente, sobretudo no que tange a políticas públicas voltadas para a juventude, o interesse pela política e pela administração do País devem ser objeto de discussão desde cedo, passei a ter maior interesse pelo que acontece no Congresso Nacional e a acompanhar mais o que ocorre lá dentro (C88, 21 anos, feminino, interior/RS).
- Tornei-me mais participativa em relação a noticiários e discussões sobre política (C114, 20 anos, feminino, interior/GO).
- Antes do PJB eu não tinha interesse algum por política e nem vontade de aprender, mas após o PJB eu aprendi o quanto é maravilhoso fazer política e aprender como ela é feita e estar perto de quem a faz (C158, 18 anos, masculino, capital/AC).
- Hoje (...) entendo mais ainda a necessidade de se discutir e participar da política porque ela molda o futuro do país, e isso diz respeito a todo o povo (C24, 24 anos, feminino, interior/SP).

O desenvolvimento do interesse pela política também apresenta repercussão que extrapola o âmbito privado e influencia inclusive a participação política manifestando-se no ativismo digital:

- A política passou de nulidade a um dos meus principais interesses. Mantive um blog durante a disputa eleitoral para 2010 (C14, 25 anos, masculino, capital/RJ).

Essa categoria reforça pesquisas que mostram o crescente protagonismo dos jovens no ambiente familiar, no que se refere à formação de opinião. Por serem mais bem informados que seus pais, favorecidos pela cultura da conectividade digital, esses jovens acabam interferindo até na decisão de voto dos familiares e no julgamento de questões da agenda pública (RODRIGUES, 2014). A ampliação significativa do hábito de conversar sobre política com amigos e familiares, indo de 33% pré-PJB para 86% pós-PJB (apresentado no item 3.8), e reforçada por essa categoria dos depoimentos, pode ser considerada um dos principais efeitos do PJB no comportamento político dos egressos. Além de um processo de sensibilização para as temáticas do meio político e para o papel do Poder Legislativo na democracia, a simulação parlamentar oportuniza o acesso a um ambiente de intenso fluxo informacional que facilita o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas úteis para a compreensão e para o debate público. A ampliação do interesse dos egressos pela política também pode se relacionar a uma maior segurança para a escolha de posições e defesa de ideias nas discussões políticas.

### 3.5 Motivação para o engajamento cívico

Outra mudança de comportamento verificada no cotidiano dos jovens é a maior motivação para participação e engajamento cívico, o que pode ser caracterizado como protagonismo juvenil. A terceira categoria do ranking, com 32 respostas, representa 16% da amostra, excluindo-se a militância partidária e eleitoral, comportamento que foi classificado separadamente. A indicação de participação política, de forma geral, gerou certa dificuldade nessa classificação, fato considerado como engajamento cívico, quando não citadas instituições políticas formais apontadas na tipologia de participação política, como partidos políticos, associações políticas e sindicatos, por exemplo.

- Me influenciou a continuar lutando pelos meus ideais e aumentou meu engajamento nos movimentos sociais. (C25, 27 anos, masculino, interior/PB).
- De forma geral, a experiência me desestimulou a fazer parte da política institucionalizada, mas me acrescentou em formação política. Hoje sou ativista dos movimentos sociais. (C84, 23 anos, masculino, capital/PE).

Ao mesmo tempo em que um relato destaca o engajamento estudantil, também ressalta a inserção dos egressos em questões tanto do ambiente universitário, escolar e laboral, incluindo melhorias na comunicação interpessoal:

- Influenciou na minha participação dentro de lideranças estudantis, me ajudou na discussão e planejamento de atividades do ensino superior desenvolvidas pelos Programas de Educação Tutorial, me ajudou a definir junto aos Encontros do PET o que seria sensato solicitar de melhoria para cada órgão responsável. Auxiliou nos planos de atividades e busca de recursos para desenvolvê-las. (C57, 23 anos, feminino, interior/SP).
- O PJB me ajudou muito a desenvolver práticas democráticas na escola onde estudei. Antes representantes de turma eram "eleitos" por indicações, implementei a democracia na escola. Na faculdade me sentia estimulado e na empresa onde trabalhei como Jovem Aprendiz fui citado na comunicação interna da empresa e me ajudou a obter informações que necessitavam ser repassadas a todos. (C16, 25 anos, masculino, capital/GO).

Outra observação é que o envolvimento com a política no plano geral também está conectado com o contexto local, aqui caracterizado como motivação ao engajamento cívico, devido à não indicação de partidos políticos.

- Passei a ver a importância da participação dos jovens na vida política de sua cidade, do seu país. Afinal, como membro da sociedade ele tem responsabilidade sobre os rumos que ela vai tomar. Me encantei pela participação política. (C51, 23 anos, feminino, interior/SP).
- O PJB nos proporcionou a acompanhar os desfechos da política de perto, acompanhar sessões na Câmara de Vereadores da nossa cidade, como também nos deu visibilidade e crescimento político, desde a militância estudantil até

nos dias de hoje, onde já exercemos cargos representativos em nome da comunidade do nosso bairro, na igreja, em entidade e outros. (C90, 22 anos, masculino, interior/BA).

O exercício da liderança local está diretamente relacionado com a disposição para a participação política, confirmando o pressuposto de que a participação reduz a apatia política:

- Me tornei mais participativo em meu município, me ajudou a liberar minhas características de liderança e me envolver assiduamente com a política. (C103, 20 anos, masculino, interior/PA).

A participação política apresentada nessa categoria, que acontece no âmbito coletivo dos movimentos sociais, do movimento estudantil, do bairro e também do ambiente laboral, pode ser considerada como ação militante impulsionada pelo idealismo e marcada pela convergência na defesa de causas comuns, independentemente da orientação ideológico-partidária (CASTRO, 2008) ou uma atuação alternativa e direta, em contraponto à participação na política institucional, que tem uma forte hierarquização (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012).

### **3.6 Motivação para participação política formal**

Egressos manifestaram interesse na participação política formal, o que inclui desde a militância, filiação e até mesmo candidatura a cargos eletivos. Ao todo, 11 respondentes (6%) expressaram sentidos atribuídos a essa categoria. Esse percentual deve ser ponderado, dado o formato do questionário utilizado, no qual constava questão anterior específica sobre um possível efeito do PJB no estímulo à candidatura, que teve 41% de respostas positivas, e também incluiu questão aberta ‘Para quais cargos políticos gostaria de se candidatar?’, sendo que 75 dos egressos (38% da amostra) descreveram cargos do executivo e legislativo nos âmbitos municipais, estaduais e federais, além de cargos de direção em partidos políticos e em instituições estudantis. Dessa forma, respondentes podem ter evitado a redundância de respostas, apresentando, nesta última questão do questionário, outras temáticas de seu comportamento.

Um dos informantes associa diretamente sua motivação com o conhecimento adquirido, ressaltando mais uma vez a função educativa do PJB:

- Antes da experiência do PJB em 2014 me considerava leigo quanto aos trabalhos institucionais de nosso Congresso, durante essa experiência absorvi muito conhecimento, conhecimento esse que até hoje consigo multiplicar nas atividades de militância de que participo, foi uma grande experiência participar do PJB, a levarei para toda minha vida. Diante das eleições deste ano ganhei muita motivação quanto ao trabalho legislativo, se candidatar

parece uma opção futura, dependendo da conjuntura. (C146, 17 anos, masculino, interior/RO).

Outros egressos citam o PJB como uma etapa na formação para uma carreira política e para a qual são necessárias aptidões específicas:

- Tenho interesse de um dia ingressar como candidato, mas quero estar apto a saber lidar com este entrave que sempre comprometeu o desenvolvimento de políticas públicas efetivas. (C22, 25 anos, masculino, interior/BA).

- O Parlamento Jovem Brasileiro mostrou como o cidadão tem a responsabilidade de escolher seus representantes. Por conta disso acabei me interessando pela política partidária e estudantil, fui presidente do Grêmio do meu antigo colégio, participei de congressos como da UBES e da UNE, fui Presidente da União da Juventude Socialista de minha cidade e membro da direção estadual da mesma e me filiei ao Partido Comunista do Brasil, em 2009, e hoje faço parte da direção municipal, como diretor de comunicação. (C40, 26 anos, masculino, interior/BA).

O desenvolvimento da habilidade argumentativa também é valorizado, remetendo à ideia de domínio retórico como requisito para o exercício de cargo político:

- A participação no PJB influenciou muito minha vida nos anos posteriores. Percebi que possuía um grande desejo de seguir carreira política e que conseguia articular bem com as pessoas, tentando expor minha opinião. Dessa maneira, participei de agremiações e tenho a pretensão de um dia concorrer a algum cargo político. (C30, 24 anos, masculino, capital/MG).

A política como missão também aparece em um dos relatos:

- Vivenciar e experimentar um ato tão enriquecido de democracia e participação da juventude apenas alimentou em meu coração o desejo ainda mais ardente de adentrar este universo e fazer dele a minha missão, a missão da minha vida. (C128, 19 anos, masculino, capital/AL).

Como se pode observar, as motivações para a militância política e partidária são variadas, o que ressalta o potencial do PJB de produzir efeitos subjetivos nos egressos, os quais são ativados, certamente, pela experiência pregressa dos jovens, bem como pelos seus diferentes interesses, perfis e ideais. Afinal, como ressaltam alguns dos estudos citados anteriormente, embora a juventude seja tratada como categoria relacional definida pela faixa etária (BOURDIEU, 1983; GOHN, 2013), é necessário atentar para as várias juventudes e suas múltiplas motivações (MALFITANO, 2011), com diferentes formas de engajamento e de participação, variados repertórios de ação coletiva e múltiplas agendas (DAYRELL; MOREIRA; STENGEL, 2011).

A participação política formal em suas formas coletivas, conforme a tipologia utilizada neste estudo, envolve variados tipos de participação, primordialmente, em partidos políticos. Conforme classificação do perfil do egresso do PJB, a partir de dados do *survey* expostos no item 3.7, a metade dos egressos participaram de militância partidária, se envolveram em campanhas eleitorais ou se filiaram a partidos políticos, porém essa grande representatividade

não se confirmou nos depoimentos, o que pode representar ainda certo distanciamento dessas instituições, reforçado pela manutenção de certa desconfiança quanto às legendas, conforme analisado no item 3.4.

### **3.7 Acompanhamento da política e da atividade parlamentar**

Na categoria acompanhamento da política e da atividade parlamentar, trinta egressos (15%) ressaltaram espontaneamente esse efeito do PJB, quesito que pode ser resumido nos seguintes depoimentos:

- Sempre acompanho e faço valer as leis, acho que elas são a solução de muitos problemas do nosso Brasil. Acompanhar e valorizar o trabalho dos parlamentares é muito importante, mostra que você está de olho neles e que por isso eles devem fazer algo de útil. (C106, 20 anos, feminino, interior/RS).

Grande parte dessas respostas, contudo, reforçam a premissa de que a motivação para acompanhar as atividades parlamentares está muito associada ao conhecimento gerado pela experiência de simulação parlamentar, o que leva ao despertar dos egressos para a busca de informações:

- Meu ponto de vista sobre política mudou muito após a participação no PJB, fazendo que buscasse mais informações a respeito de partidos, propostas e leis. (C60, 24 anos, masculino, interior/SP).

- Meu interesse sobre o legislativo aumentou e passei a acompanhar a agenda e atividade da Casa e dos parlamentares do meu estado e os mais relevantes a nível nacional. (C2, 24 anos, masculino, capital/GO).

- O PJB influenciou em um pensamento mais crítico, antes eu já acompanhava algumas notícias a respeito, mas na maioria das vezes só conseguia ver o lado corrupto da coisa, era bastante desacreditada quanto à política e ao sistema geral atual, mas depois de vivenciar tudo aquilo e de ter interesses de procurar, passei a ver que existem sim pessoas querendo fazer a diferença, e que não podemos generalizar. Hoje em dia eu busco quase que diariamente informações diversas, não só em épocas de eleições, pois é realmente de suma importância, numa democracia representativa, saber quem são os que estão lá com esse dever, de fato. (C140, 18 anos, feminino, capital/RJ).

Essas respostas remetem ao conceito de engajamento político (*engagement*) utilizado por Pipa Norris (2000), segundo o qual o engajamento político tem como base o interesse pela informação política. Segundo essa perspectiva, o acompanhamento do noticiário político, por exemplo, constitui um ingrediente para estimular ou não a participação política e fortalecer a confiança nas instituições. No caso em estudo, a repercussão é positiva nesse aspecto, como mostram os depoimentos dos egressos:

- Sim, após o PJB procurei me informar mais sobre política em geral. Conhecer assuntos mais detalhadamente e estar sempre ampliando meu conhecimento. (C23, 26 anos, masculino, capital/MG).

- Sim, influenciou e muito, pois estou sempre interessada por temas que envolvam políticas, sobre os atuais representantes nas bancadas e os futuros representantes. (C26, 25 anos, feminino, interior/GO).

- Atualmente, pesquiso mais sobre as notícias do Congresso Nacional e tento debater com meus amigos. (C139, 17 anos, masculino, interior/MG).

Como mostram os depoimentos em destaque, a motivação para o acompanhamento da agenda política é fruto da experiência de simulação parlamentar. O contato direto com os temas legislativos e a vivência de uma rotina parlamentar constituem, portanto, o principal fator para motivar os jovens, o que sugere que o desinteresse da juventude se deve, em grande medida, pelo distanciamento das práticas políticas e do acesso a conhecimentos que permitam uma compreensão crítica desse campo. O que os jovens em geral aprendem sobre política resulta quase que integralmente do que é mostrado pelos meios de comunicação e nas relações sociais informais.

Como é largamente abordado pelas Ciências Sociais, especialmente nos estudos sobre mídia e política, a cobertura midiática exerce efeitos diretos na opinião pública em termos de percepção sobre o papel e a imagem das instituições sociais e de seus representantes (ALSINA, 1989; COOK, 1986; HALL, 1993; NEVEU, 2006). O jornalismo é entendido como “uma atividade que produz diariamente registros tomados como fonte de informação num sentido amplo e, principalmente, de marcação no sentido histórico” (BERGAMO, 2011, p.233). Isso implica afirmar que, como um fazer social e cultural, o jornalismo interfere na construção da percepção e da memória do público (TRAQUINA, 1993; TUCHMAN, 1993).

A experiência de simulação parlamentar, pelo visto, proporciona aos jovens um conhecimento diferenciado da atividade parlamentar e da rotina legislativa. Contudo, não se pode atribuir toda a visão negativa dominante na opinião pública aos efeitos dos mídias. Os dados deste estudo, que apontam para uma mudança positiva da confiança política nos partidos políticos e no Poder Legislativo e da sua durabilidade no decorrer do tempo, como exposto nos itens 3.3 e 3.4, indicam que os efeitos da criação de uma realidade política associada à corrupção na cobertura jornalística da política devem ser ponderados pelo repertório cognitivo dos seus públicos. Ou seja, processos educativos como o PJB e outras iniciativas de letramento político podem ampliar a criticidade, o interesse e o acompanhamento da política pelos cidadãos, e, como resultado, também alteram as formas de recepção da informação acerca dos fatos políticos.

### 3.8 Escolha profissional e atuação acadêmica

A fase de vida na qual os participantes ingressam no PJB demanda escolhas sobre qual profissão seguir, sobre continuar estudando após o ensino médio e/ou trabalhar e, nesse contexto, a vivência oportunizada pelo programa também influencia nessa tomada de decisão, conforme ficou evidente em 19 respostas (10%). São citadas escolhas por cursos como ciência política, direito, economia e serviço social, além de preparação para concursos públicos para carreiras federais.

- O PJB foi um divisor de águas na minha vida pessoal e profissional. Apesar de sempre estar envolvida na política, eu estudava em um colégio tecnológico (SESI-SENAI), estudava na área de exatas, e após o PJB eu descobri uma vocação e o amor que tenho pela política. Acabei mudando de área e prestei vestibular para direito na Universidade do Estado da Bahia. (C182, 19 anos, feminino, interior/BA).

- Acho que a principal mudança do Parlamento Jovem em mim foi o estímulo à liderança, por querer fazer a diferença, porém mais no meio acadêmico do que em cargos políticos propriamente ditos. (C54, 23 anos, feminino, interior/GO).

- Sim, sou economista hoje devido ao parlamento e muito à maneira de me colocar politicamente de forma que antes de criticar passo a ver as possibilidades. (C28, 24 anos, feminino, capital/PI).

- Influenciou substancialmente na escolha do meu curso de graduação. Atualmente faço Ciência Política na UFPE. (C91, 21 anos, masculino, capital/PE).

Esses relatos reforçam a tese de que os impactos do PJB no comportamento dos egressos extrapolam o relacionamento destes com as instituições políticas, afetando o posicionamento do jovem na sociedade, inclusive em termos profissionais, além de reforçar características de liderança também no meio acadêmico e profissional. Conforme verificado por Verba, Burns e Scholzman (2003), os educandos das ciências humanas têm maior propensão ao engajamento cívico e à participação política e essa categoria levanta a possibilidade de um efeito inverso, ou seja, de um processo de letramento político com método participativo influenciar na escolha por cursos da área das ciências humanas e sociais aplicadas.

### 3.9 Postura cidadã no cotidiano

Quanto à postura cidadã no cotidiano, 12 respondentes (6%) ressaltaram mudanças comportamentais atribuídas à experiência do PJB.

- Com certeza, antes do PJB eu me considerava um leigo em política, após a vivência das atividades políticas e simulações de acordos e decisões

partidárias, além, é claro, das palestras, leituras e dinâmicas a respeito dos processos de elaboração de leis, lutas partidárias, apoios políticos, enfim, posso dizer que hoje a minha postura em relação à política nacional e políticos é totalmente diferente, visto que passei a exercer mais a minha cidadania. (C12, 26 anos, masculino, capital/PA).

- Com certeza participar do PJB me ajudou a ter mais consciência do que é ser um cidadão responsável, que tem seus direitos e deveres em nosso país. (C136, 17 anos, feminino, interior/SP).

- E é por saber o quanto esse projeto de dimensão grandiosa foi importante na minha formação como cidadão mais consciente e jovem mais atuante que por onde passo divulgo e incentivo as pessoas a se informar sobre o PJB. (C154, 18 anos, masculino, capital/BA).

Importante destacar a subjetividade dessa classificação, que objetiva a análise de uma grande quantidade de ideias e conteúdos multifacetados em cada uma das 144 respostas oferecidas a essa questão aberta sobre a influência do PJB no comportamento dos egressos. Nesse contexto, é importante ressaltar a relação próxima dessa categoria com as duas outras que envolvem o engajamento cívico e a militância partidária. Essa categoria foi identificada pelo uso de termos como: cidadania, direitos e deveres, justiça, mudança da realidade, postura e responsabilidade.

### **3.10 Aumento da confiança nas instituições políticas**

Apesar de duas citações ao Poder Legislativo em relação ao aumento da confiança política, as 8 respostas (4%) desta categoria enfatizam a mudança de atitude acerca das atribuições e da importância do Legislativo no contexto democrático. Os conhecimentos adquiridos na simulação são relacionados a essa maior confiança e também é destacada a função comunicativa do projeto na relação da Câmara dos Deputados com os cidadãos:

- Reconhecer mais o trabalho do Legislativo. Hoje atuo no conselho tutelar da cidade e defendo os direitos da criança e do adolescente. (C75, 23 anos, masculino, capital/ES).

- Consigo defender o Legislativo naquilo que conheço e que os outros ainda têm ideia distorcida. (C56, 23 anos, masculino, interior/SC).

- O PJB me influenciou muito, me fez acreditar ainda mais no legislativo federal, fortaleceu em mim a democracia do país, pois eu vivi na prática a atividade legislativa. (C171, 20 anos, masculino, capital/MS).

- Hoje, tenho uma visão mais positiva da atuação parlamentar, vejo que o Congresso Nacional está de portas abertas, para receber, informar e ouvir cada cidadão. (C124, 19 anos, feminino, interior/GO).

Essas manifestações aqui selecionadas demonstram, além da ampliação do conhecimento das atribuições e da confiança no Poder Legislativo, certo desconhecimento, antes da participação no PJB, acerca da relevância deste Poder como representante da soberania



popular. Situação essa, traduzida por Carvalho (2001), como “estadania”, em contraste ao conceito de cidadania, devido à centralidade do Poder Executivo num contexto histórico e cultural de desvalorização da representação política.

### 3.11 Valorização do voto

Cabe destacar ainda a valorização do voto, ressaltada por cinco depoimentos (3%). Listam-se exemplos desses relatos:

- Valorização do voto, a fim de buscar mudança no cenário político. (C89, 21 anos, feminino, capital/RR).
- Passei a prestar mais atenção nas propostas do candidato e também do partido ao qual é filiado. (C33, 24 anos, feminino, interior/PR).
- Influenciou nas questões de escolhas de candidatos e partidos políticos, mudou minha opinião a respeito de campanhas partidárias e movimentos sindicais. (C83, 23 anos, masculino, interior/PA).

Como mostram os relatos, o voto passou a ser percebido como instrumento de mudança e de renovação da própria política. Tal consciência motivou os egressos a prestar mais atenção ao período eleitoral, principalmente nas campanhas partidárias e nos projetos defendidos pelos candidatos. Trata-se, portanto, de um comportamento cuja base é o amadurecimento cognitivo possibilitado pelo conhecimento adquirido. Essa categoria relaciona-se diretamente à tipologia da participação política formal no âmbito privado, pela qual a ação deliberada de votar nas eleições também é considerada. Essa categoria apresenta mais uma nuance da expressão do comportamento político que auxilia a compreensão desse fenômeno, contudo também poderia ser considerada conjuntamente à ampliação da criticidade, do interesse e do acompanhamento da política como expressão de uma mudança esclarecida de atitude em relação a esse campo.

A análise qualitativa dos depoimentos dos egressos indica uma mudança de comportamento refletida no posicionamento dos egressos em relação à política, numa atitude mais atenta e interessada na discussão e acompanhamento do noticiário político e numa maior motivação para o engajamento cívico. Em grande medida, as respostas apontam para mudanças de percepção no plano individual ao ampliar-se a criticidade e ao serem reconsiderados alguns estereótipos. Em menor grau, as mudanças percebidas pelos egressos também repercutem em ações coletivas, motivando o protagonismo juvenil em diferentes âmbitos citados, como: entidades estudantis, movimentos sociais, conselho tutelar, partidos políticos, entre outros. São também identificadas mudanças nas expectativas que os jovens têm em relação ao Poder Legislativo, o que é expresso pelo aumento da confiança e pelo reconhecimento do papel dos parlamentares e da atividade legislativa para o país.

## CONCLUSÕES

O processo de letramento político do Parlamento Jovem Brasileiro gera efeitos no comportamento político dos egressos no que diz respeito a diferentes aspectos. Quanto à cultura cívica, a ampliação da confiança no Poder Legislativo é relevante e demonstra-se duradoura no tempo e de forma semelhante entre os diversos perfis sociais dos egressos. Em menor grau, porém, mas com a mesma abrangência entre os perfis, apresenta-se uma variação positiva na confiança em relação aos partidos políticos. Apesar dessa variação, considera-se que permanece certa desconfiança, que pode ser traduzida em termos teóricos como baixa expectativa ou insegurança quanto à atuação das siglas. Contudo, a análise desse fator cultural entre os parlamentares jovens demonstra uma diferenciação relevante do público ingressante no PJB em relação ao público jovem estudado em pesquisas nacionais, e uma ainda maior discrepância quando observados os resultados referentes à atitude dos egressos pós-PJB.

Conforme apontado por Baquero (2003), a solidificação do sistema democrático demanda um nível mínimo de atenção e apreensão sobre a política, ou seja, condições cognitivas para a decodificação dos processos políticos. A “sofisticação política”, como o autor denomina essa demanda da democracia, é verificada entre os egressos, dada a ampliação do hábito de conversar sobre política com amigos e familiares e como registrado pelos egressos nos depoimentos escritos. Ao menos 59% dos parlamentares jovens declararam textualmente que o PJB gerou maior criticidade, interesse ou hábito de acompanhar o noticiário político e a atividade parlamentar. De modo geral, esse maior esclarecimento e interesse quanto à política também é verificado por outros pesquisadores em estudos acerca de programas de letramento político (CARVALHO, 2009; FUKS, 2014; FUKS; BATISTA, 2011; FUKS; CASALECCHI, 2012; GONÇALVES; CASALECCHI, 2013; ODDONE, 2015; ROCHA, 2016).

A participação dos jovens no PJB se reveste de um valor simbólico e gera uma repercussão nas relações sociais do jovem, o que pode acarretar no empoderamento do participante. Durante a busca de informações de contatos dos egressos para a realização do levantamento de dados, foram identificadas notícias em blogs e reportagens de veículos jornalísticos regionais e estaduais com entrevistas dos jovens antes ou após o projeto<sup>20</sup>. Essa

---

20 Exemplos da repercussão do PJB no meio político e em veículos de comunicação:

<http://www.al.pb.gov.br/22596/jovens-paraibanos-participantes-do-parlamento-jovem-brasileiro-visitam-assembleia-legislativa.html> (visita e homenagem em Assembleia Legislativa);

[http://www.reginaldolopes.com.br/?pagina=integra&secao=juventude&cd\\_noticia=521](http://www.reginaldolopes.com.br/?pagina=integra&secao=juventude&cd_noticia=521) (visita a Gabinete e notícia em página de um Deputado Federal);

<http://canaldirec28.blogspot.com.br/2010/12/parlamento-jovem-brasileiro.html> (notícia em blog regional de educação);

repercussão também acontece no meio político municipal e estadual, com a realização de homenagens aos egressos em câmaras municipais e em assembleias legislativas estaduais. Foram também identificados três egressos eleitos para mandatos de vereador, diversas candidaturas a cargos políticos, além de nomeações para cargos de assessoramento parlamentar no nível estadual e federal, mesmo não tendo sido realizado levantamento exaustivo sobre esse tema.

A análise dos dados obtidos no *survey* indica relevantes efeitos do PJB quanto ao comportamento político, tanto relativamente à confiança quanto ao interesse acerca da política. Fator que pode explicar essa mudança conjunta, e que se apresenta de forma expressiva nos depoimentos, é a reconsideração de estereótipos negativos acerca da atividade político-partidária em geral e dos processos políticos do Poder Legislativo. São identificados sentidos de valorização da política, mas também de reconhecimento das barreiras e interesses inerentes a esse ambiente, de mecanismos institucionais para a aprovação de uma lei e dos papéis que os representantes exercem. Alguns dos relatos dos egressos sugerem que a metodologia da simulação parlamentar baseada no protagonismo pode ter importante influência na elucidação do campo político.

O crescimento da confiança política no Poder Legislativo e nos partidos políticos associa-se de forma significativa ao engajamento cívico dos egressos. Não apresentou significância estatística a diferença entre a atuação cívica de homens e mulheres, porém a maior escolarização está relacionada a esse tipo de participação política latente ou pré-política, conforme tipologia de Ekman e Amnå (2012). Nessa referência metodológica, o engajamento cívico é caracterizado como uma ação que reflete o interesse por questões sociais e pela atuação voluntária em instituições da sociedade civil, formais ou informais.

Nessa análise é constatada uma atuação significativa dos egressos em associações de bairro, ONGs e, com maior percentual, em movimentos estudantis. Ressalta-se que diversas outras variáveis não estudadas podem influir na ativação do engajamento, inclusive o perfil do ingressante levemente mais politizado do que o dos jovens em geral. Entretanto, alguns indícios dos resultados quantitativos e a expressividade dos depoimentos escritos levam à conclusão da relevância do PJB na ativação do comportamento político aqui estudado. Nesse sentido, o PJB como projeto de letramento político contribui para a formação de cidadãos e cidadãs ativos e

---

<https://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/vereador/am/08061991-denis-neto.htm?placar-id=1302553>  
(candidatura a cargo político);

<https://www.jcorreiodopovo.com.br/noticia/aluna-do-floriano-e-deputada-jovem-do-parana> (notícia em jornal local).

participativos na vida pública, o que Crick (2007) denomina de republicanismo cívico, e Baquero (2003), como requisito para uma democracia social participacionista. O engajamento cívico de cidadãos em associações civis autônomas e plurais fortalece a democracia ao inserir o cidadão na esfera pública, ao oportunizar um tipo de representação na vida pública (YOUNG, 2006) e ao contribuir para a formação de um cidadão que tenha conhecimentos e habilidades para o aperfeiçoamento das instituições democráticas (CRICK, 2007).

A participação política manifesta via partidos políticos, descrita pela filiação partidária, militância e participação em campanhas eleitorais foi identificada em praticamente metade da amostra dos egressos das edições de 2006 a 2014. Diferentemente do engajamento cívico, esse comportamento não se associa à variação da confiança política no Poder Legislativo e nos próprios partidos políticos e apresenta maior participação masculina com alta significância estatística. Outro fator que auxilia na explicação da participação política institucional é o envolvimento no movimento estudantil antes ou após o PJB. Nesse sentido, essas associações voluntárias estudantis representam experiências de socialização pelas quais ampliam-se redes de parcerias, funcionando como escolas de democracia (NAZZARI, 2005).

A atuação em ações que envolvem as legendas amplia-se com o decorrer do tempo, seguindo preceito apontado por Okado (2013) acerca das ampliações das relações sociais na fase adulta, o que levaria a mais oportunidades de participação e maior interesse pela política. Contudo, o nível educacional não se demonstrou relevante na explicação desse comportamento, enquanto que o nível de aprendizado manifesto pelos egressos, acerca de temáticas do âmbito do Poder Legislativo, demonstrou associação à participação política formal. Essa constatação relaciona-se às análises de efeitos de programas de letramento político realizadas por Finkel (2003) nas quais são destacadas a relevância de ganhos cognitivos acerca da política para a mobilização política dos cidadãos.

O PJB também gera motivação à participação política por meio de candidaturas a cargos políticos, conforme apontado por 41% dos egressos. Outro dado relevante sobre a atitude dos egressos em relação à política institucional é que 23% apontam estar ‘totalmente motivados’ para o envolvimento partidário e outros 32% afirmam que ‘pensam seriamente’ em participar formalmente da política por meio de siglas partidárias. Pode-se considerar, assim, que o PJB realiza uma aproximação dos jovens também ao ambiente partidário, apesar de não utilizar, até a última edição analisada (2014), conteúdos nem práticas sobre essa temática.

Na amostra de nove edições analisada, cerca de 10% dos ingressantes no PJB já contam com pré-filiação, com 16 ou 17 anos, ou mesmo filiados, a partir dos 18 anos. O envolvimento formal em partidos políticos por meio de filiação partidária atinge outros 10% até a data da

resposta à pesquisa. A relevância desse comportamento político manifesto no meio institucional está na possibilidade de reversão da desinstitucionalização da política como expressão da rejeição aos modelos atuais de funcionamento do sistema democrático representativo (AUGUSTO, 2008).

Outra forma de participação política manifesta, conforme tipologia de Ekman e Amnå (2012), é o ativismo político como ação direta para influenciar as relações de poder vigentes. Os dados indicam que há um crescimento significativo nesse tipo de comportamento representado por atividades de manifestações de rua e protestos, elaboração ou assinatura de abaixo-assinados e expressão de posicionamentos políticos em redes sociais, nesse último quesito crescendo de 30% para 68% da amostra. Essa maior expressividade dos egressos pode ter influência em sentimentos de maior segurança para o debate político, de tolerância às diferenças e de maior interesse e criticidade acerca das temáticas desse campo, conforme identificado na análise qualitativa dos depoimentos escritos.

Apesar da constatação de que o perfil do jovem que ingressa no PJB é mais politizado do que o do jovem médio brasileiro e das múltiplas variáveis não mensuradas que podem interferir sistematicamente no comportamento político desses cidadãos, os resultados desta pesquisa apontam para uma mudança cultural duradoura e abrangente no nível da atitude política. Essa constatação se baseia no crescimento da confiança política no Poder Legislativo e nos partidos políticos e também na motivação para a participação política formal. Ampliam-se de forma relevante o envolvimento social, caracterizado pelo interesse e motivação para o debate de questões sociais, e o engajamento cívico pelo acompanhamento da agenda política e pela participação em associações civis.

A atuação cívica associa-se de forma significativa ao aumento da confiança política e ao nível educacional, apresentando-se com pouca diferença numérica entre homens e mulheres. Por sua vez, a participação política formal em partidos políticos acontece predominantemente entre homens e por egressos que se envolveram no movimento estudantil, conforme verificado nos testes estatísticos. Assim, os dados deste estudo não são suficientes para concluir que o PJB seja decisivo no que se refere à desigualdade dos gêneros na atuação política formal. Entretanto, o percentual de egressas que afirmaram que não tinham qualquer envolvimento em atividades partidárias e passaram a atuar indica que o projeto pode ter algum efeito na ampliação da participação feminina na política formal, mesmo mantendo-se, no geral, uma diferença significativa nos testes estatísticos na participação por sexo.

O objetivo central do PJB é esclarecer, ou seja, ampliar o conhecimento acerca do Poder Legislativo, de seu funcionamento e de suas atribuições, bem como dos papéis que os

parlamentares desempenham no processo legislativo. Para isso, o projeto busca o desenvolvimento de habilidades de argumentação e de respeito à diversidade de opiniões, baseando-se no protagonismo como princípio metodológico. Já que o PJB é um projeto institucional do Poder Legislativo, esses objetivos e métodos se justificam pela atribuição representativa do órgão e pela necessidade de um certo nível de informação dos cidadãos acerca de seus procedimentos. Nesse sentido, os resultados deste estudo são congruentes a esse objetivo principal, levando à conclusão de que se amplia o conhecimento acerca das funções que o Legislativo exerce e também conduz os egressos a um novo patamar de criticidade e percepção acerca da política e das instituições que compõem o sistema representativo no regime democrático. Juntamente ao conhecimento adquirido também se agrega confiança em duas instituições fundantes desse sistema, os partidos políticos e o próprio Poder Legislativo.

Para além dos efeitos cognitivos, o PJB demonstra alterar a perspectiva de análise da política e de posicionamento do jovem, ao mesmo tempo que influencia na motivação para a participação política no âmbito civil (latente), bem como na política formal (manifesta), aproximando esses jovens de um campo antes estereotipado negativamente. Dessa forma, pode-se concluir que o processo de letramento político realizado pelo Parlamento Jovem Brasileiro produz efeitos cognitivos, na cultura cívica e no comportamento político. Assim, os resultados desta pesquisa conduzem à reflexão congruente com estudos empíricos de Finkel e Smith (2011), para os quais processos de letramento político com métodos ativos e participativos podem fortalecer atitudes favoráveis à qualificação da democracia, reforçando-se a conclusão de que valores e comportamentos políticos podem mudar em curtos períodos de tempo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Newbury Park, CA: Sage, 1989.

ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 81, p. 155-177, jun. 2008. Disponível em: <http://rccs.revues.org/658>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BAPTISTA, Érica Anita et al. Jovens eleitores e novas tecnologias: percepções da política e participação. **Revista do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 124-132, jan. 2013.

BAQUERO, G. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In: PERISSINOTTO, R. M. & FUKS, M. (Org.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

BARROS, Antonio Teixeira de; MARTINS, Lúcio Meireles. Juventude e comunicação política: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. In: XVII CONGRESSO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 2016, Goiânia. **Anais...** Goiânia: PUC, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2016/resumos/R51-0281-1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 223-237, dez. 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451996000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 abr. 2016.

BERGAMO, A. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 233-269, ago. 2011.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 147-168, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23698.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2016.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JUNIOR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762011000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 nov. 2016.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, ano 15, n. 27, p. 83-99, 1º sem. 2012.

CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador. **O Parlamento Jovem e a experiência das Escolas do Legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: o desenvolvimento da cultura cívica, propícia à democracia**. 2009. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: [http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3586/parlamento\\_jovem\\_carvalho.pdf?sequence=1](http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3586/parlamento_jovem_carvalho.pdf?sequence=1). Acesso em: 22 nov. 2016.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Lucia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268. 2008.

COOK, T. House members as newsmakers: the effects of televising Congress. **Legislative Studies Quarterly**, v. 11, n. 2, p. 203-226, maio 1986.

COSSON, Rildo. Dois modelos de parlamento jovem: uma leitura de seu funcionamento como letramento político. **Estudos Legislativos**, v. 3, p. 34-45, 2009.

COSSON, Rildo. **Letramento político no legislativo: a experiência do Programa Estágio Visita**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2015.

COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 3, p. 25-36, 2010.

COSSON, Rildo. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. **E-legis**, Brasília, n. 7, p. 49-58, 2º sem. 2011.

COUTO, M.; TARDÁGUILA, C. Partidos sem renovação: número de filiados entre 16 e 24 anos caiu 56% nas cinco maiores siglas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 maio 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/partidos-sem-renovacao-numero-de-filiados-entre-16-24-anos-caiu-56-nas-cinco-maiores-siglas-16581309>. Acesso em: 17 nov. 2016.

CRICK, Bernard. Citizenship: the political and the democratic. **British Journal of Educational Studies**, v. 55, n. 3, p. 235-248, Sept. 2007.

CRICK, Bernard. Education for citizenship: the citizenship order. **Parliamentary affairs**, v. 3, n. 55, p. 488-504, 2002.

DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Org.) **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

DIAS, André Luiz Vieira; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 149-181, dez. 2015. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)



[44782015000400149&lng=en&nrm=iso](https://doi.org/10.1590/1678-987315235607) Acesso em: 07 nov. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235607>

EKMAN, Joakim; AMNÅ, Erik. Political participation and civic engagement: towards a new typology. **Human Affairs: postdisciplinary humanities & social sciences quarterly**, Slovakia, v. 22, n. 3, p. 283-300, Jul. 2012.

FINKEL, Esteven E. Can democracy be taught? **Journal of Democracy**, Washington, DC, v. 14, n. 4, Oct. 2003.

FINKEL, Steven, E.; SMITH, Amy Erica. Civic education, political discussion, and the social transmission of democratic knowledge and values in a new democracy: Kenya 2002. **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 2, p. 417-435, Apr. 2011.

FUKS, M.; BATISTA, F. P. Informação e conceituação: um estudo sobre a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 123-143, 2011.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel. Trust and political information: attitudinal change among participants in the Youth Parliament in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 70-88, 2012.

FUKS, Mario. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 425-449, Dez. 2014. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762014000300425&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300425&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 abr. 2016.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1990.

GONÇALVES, Guilherme Quaresma; CASALECCHI, Gabriel Ávila. O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 15, n. 24, jul/dez. 2013.

GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v. 1, n. 2, p. 205-221, jul/dez. 2013.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o ‘mugging’ nos media. In: TRAQUINA, J. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Portugal: Vega, 1993.

HENRIQUE, Ana Lúcia. Confiança e democracia: aspectos de uma instável união estável. **E-legis**, Brasília, n. 4, p. 168-193, 1º sem. 2010.

HILLYGUS, D.S. The missing link: exploring the relationship between higher education and political behavior. **Political Behavior**, United States, v. 27, n. 1, p. 25-47, Mar. 2005.

IBOPE Inteligência. **Índice de Confiança Social 2015**. Disponível em: [http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics\\_brasil.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf). Acesso em: 02 ago. 2016.

INTRODUCTION to SAS. UCLA: Statistical Consulting Group. Disponível em: <http://www.ats.ucla.edu/stat/r/dae/logit.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

- MARIEN, Sofie; HOOGHE, Marc; QUINTELIER, Ellen. Unconventional participation and the problem of inequality: a comparative analysis. In: AMNÅ, Erik. **New Forms of Citizen Participation: Normative implications**. Baden-Baden: Nomos Verlag (European Civil Society), 2010. v. 3.
- MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 115-127, nov. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300008). Acesso em: 22 nov. 2016.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.
- MARQUES JÚNIOR, Alaôr Messias. Educação Legislativa: as escolas do legislativo e a função educativa do Parlamento. **E-legis**, Brasília, n. 3, p. 73-86, 2º sem. 2009.
- MARTA, Lagos. How people view democracy: between stability and crisis in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 12, n. 1, p. 137-145, jan. 2001.
- MARTINS, Lúcio Meireles. Educomunicação para a democracia: o programa Plenarinho e o nível de letramento político infantojuvenil. 2012. 118 f. Monografia (Especialização). Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Câmara dos Deputados, Brasília, 2012. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/10032/educomunicacao\\_martins.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/10032/educomunicacao_martins.pdf?sequence=1). Acesso em: 22 nov. 2016.
- MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 523-542, 2011.
- MAYORGA, C.; CASTRO, L. R.; PRADO, M. A. M. **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2012.
- MILBRATH, Lester W.; GOEL, M. L. **Political participation: how and why do people get involved in politics?** Chicago: Rand McNally College Pub. Co., 1977.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 6, p. 134-150, Set/Out/Nov/Dez 1997.
- MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G.O. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas**. São Paulo: Edusp, v.1, p.149-184, 2010.
- MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 1-42, Jun. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762008000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000100001>
- MOISÉS, J.A.; MENEGUELLO, R. Os efeitos da desconfiança política para a legitimidade democrática. In MOISES, J. A.; MENEGUELLO, R. (Org.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Edusp, 2013.

MORENO, Rosangela Carrilo; ALMEIDA, Ana Maria F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 130-142, 2009.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.

NAZZARI, Rosana Katia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. **Educação Unisinos**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 2, p. 145-154, 2005.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NEWTON, Kenneth; NORRIS, Pipa. **Confidence in public institutions: faith, culture or performance?** 1999. Paper for presentation at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Atlanta, 1-5th September 1999. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/NEWTON.PDF>. Acesso em: 23 nov. 2016.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões de revolta**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

NORRIS, P. **A virtuous circle: political communications in postindustrial societies**. New York: Cambridge University Press, 2000.

NORRIS, Pipa. **Critical Citizens: global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pipa. **Democratic Divide?** The impact of the internet on parliaments worldwide. 2000. Paper for presentation at the Political Communications Panel 38.10 'Media Virtue and Disdain' Thursday 8.45-10.30 at the American Political Science Association annual meeting, Washington DC 31st August- 2nd September 2000. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/apsa2000demdiv.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

NORRIS, Pipa. **Young People & Political Activism: from the politics of loyalties to the politics of choice?** 2004. Report for the Council of Europe Symposium: Young people and democratic institutions: from disillusionment to participation. Strasbourg, 27-28th. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/COE%20Young%20People%20and%20Political%20Activism.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

NORRIS, P., KROOK, M. One of us: multilevel models examining the impact of descriptive representation on civic engagement. 2009. Paper for presentation in panel 34-6 'Beyond the Ballot Box: Institutions, Participation and Representation at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Toronto, September, 2008. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4448881/Norris%20One%20of%20Us.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 nov. 2016.

ODDONE, Sílvia Castanheiro. **O Programa Senado Jovem Brasileiro: comunicação institucional para o fortalecimento da imagem do Senado Federal e o aumento da participação social**, 2015. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto Legislativo Brasileiro, Senado Federal, Brasília/DF, 2015. Disponível em:

[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517008/TCC\\_Silvia%20Castanheira%20Oddone.pdf?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517008/TCC_Silvia%20Castanheira%20Oddone.pdf?sequence=1). Acesso em: 13 nov. 2016.

OFFE, C. How can we trust our fellow citizens? In: WARREN, M. **Democracy and Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

OKADO, Lucas T. A. Juventude e participação política no Brasil: efeitos geracionais ou de ciclos de vida. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 147, p. 37-50, ago. 2013.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração On Line: prática, pesquisa e ensino**, v. 2, n. 3, jul/ago/set, 2001.

PUTNAM, Robert David. **Bowling Alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

QCA - QUALIFICATIONS AND CURRICULUM AUTHORITY. **Education for citizenship and the teaching of democracy in schools: Final report of the Advisory Group on Citizenship**. London: QCA, 1998. Disponível em: <http://dera.ioe.ac.uk/4385/1/crickreport1998.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

RIBEIRO, Guilherme Wagner. **Informação, aprendizagem e inovação nas Câmaras Municipais de Minas Gerais**. 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais\\_RibeiroGW\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_RibeiroGW_1.pdf). Acesso em: 10 abr. 2016.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação Política e Juventude: mudanças no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 26-34, nov. 2012

ROCHA, Hérycka Sereno Neves da. **Educação para a democracia: desafios e perspectivas a partir da análise do perfil dos participantes dos programas Estágio-Visita de Curta Duração e Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 2016.

RODRIGUES, Alan. O que os jovens pensam sobre a política. **Revista IstoÉ**, n. 2336, 29 ago. 2014. Disponível em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/380009\\_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA](http://www.istoe.com.br/reportagens/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA). Acesso em: 17 mar. 2015.

RODRIGUES, M. R.; BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B. A política mediatizada: como os principais jornais representam a política brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10, 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba, v. 1, p. 1-15, 2012.

SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, nov. 2009.

SAKAMOTO, Y., ISHIGURO, M., AND KITAGAWA G. Akaike Information Criterion Statistics. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.

SANDOVAL, Salvador A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In: LHULLIER, Louise et al. (Org.). **Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 13-23, 1997.

SCHLEGEL, R. Educação como política pública: por que os retornos políticos merecem ser avaliados. **E-legis**, Brasília, n. 7, p. 7-21, 2º sem. 2011.

SCHLEGEL, R. A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes. In MOISÉS, J.A.; MENEGUELLO, R. (Org.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Edusp, 2013.

SIEGEL, Sidney. **Estatística Não-Paramétrica para as Ciências do Comportamento**. Tradução de Alfredo Alves de Farias. São Paulo: MacGraw-Hill do Brasil, 1975.

THE NATIONAL task force on civic learning and democratic engagement. **A crucible moment: college learning and democracy's future**. Washington, DC: Association of American Colleges and Universities, 2012. Disponível em: [https://www.aacu.org/sites/default/files/files/crucible/Crucible\\_508F.pdf](https://www.aacu.org/sites/default/files/files/crucible/Crucible_508F.pdf). Acesso em: 29 abr. 2016.

TRAQUINA, Nelson. Introdução. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Ltda., 1993.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Ltda., 1993. p. 74-90.

VERBA, Sidney; BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, Kay Lehman. Unequal at the starting line: creating participatory inequalities across generations and among groups. **The American Sociologist**, v. 34, n. 1-2, p. 45-69, Spring/Summer, 2003. Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:2643014>. Acesso em: 10 nov. 2016.

WARREN, M. **Democracy and Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 nov. 2016.

ZITKOSKI, Jaime José; HAMMES, Lúcio Jorge. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. **Debates**, Porto Alegre, v. 8. n. 2, p. 119-139, maio/ago. 2014.

### ANEXO - Questionário utilizado no *survey*

1 – Após a participação no PJB, sua imagem do Poder Legislativo:

- piorou muito
- piorou um pouco
- ficou igual
- melhorou um pouco
- melhorou muito

2 – Quanto o PJB contribuiu para aperfeiçoar seu conhecimento sobre:

|  | Em nada                  | um pouco                 | bastante                 |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| A relação entre Legislativo e Executivo              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| As funções do Poder Legislativo                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O funcionamento das comissões e do Plenário          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O papel dos parlamentares na dinâmica legislativa    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O papel das lideranças partidárias                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| A relação entre base aliada e oposição               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| O papel dos partidos políticos no Congresso Nacional | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

3 – Marque o seu nível de conhecimento:

|   | Nenhum conhecimento      | Pouco conhecimento       | Nível médio de conhecimento | Nível elevado de conhecimento |
|---|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| Conhecimento sobre as funções e atribuições dos parlamentares e da Câmara dos Deputados – ANTES DO PJB: | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>      |
| Conhecimento sobre as funções e atribuições dos parlamentares e da Câmara dos Deputados – APÓS O PJB:   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>      |

4 – ANTES de participar do PJB, qual era o seu nível de confiança?

|   | Nenhuma confiança | Quase nenhuma confiança | Alguma confiança | Muita confiança |
|---|-------------------|-------------------------|------------------|-----------------|
| No Poder Legislativo (antes do PJB)                   | ( )               | ( )                     | ( )              | ( )             |
| Nos partidos políticos (antes do PJB)                 | ( )               | ( )                     | ( )              | ( )             |
| Na atividade parlamentar (antes do PJB)               | ( )               | ( )                     | ( )              | ( )             |
| Nas leis aprovadas pelos parlamentares (antes do PJB) | ( )               | ( )                     | ( )              | ( )             |

5 – Qual passou a ser o seu nível de CONFIANÇA APÓS O PJB?

|   | Nenhuma confiança | Quase nenhuma confiança | Alguma confiança | Muita confiança |
|---|-------------------|-------------------------|------------------|-----------------|
| No Poder Legislativo (após o PJB)                   | ( )               | ( )                     | ( )              | ( )             |
| Nos partidos políticos (após o PJB)                 | ( )               | ( )                     | ( )              | ( )             |
| Na atividade parlamentar (após o PJB)               | ( )               | ( )                     | ( )              | ( )             |
| Nas leis aprovadas pelos parlamentares (após o PJB) | ( )               | ( )                     | ( )              | ( )             |

6 – Após o PJB você participou de alguma outra atividade de educação política? Quais? Relate:

---

7 – Marque nos itens seguintes o seu possível envolvimento nas atividades das instituições indicadas (você pode marcar mais de uma alternativa):

|  | Nunca participei | Já participei antes do PJB | Participei após o PJB, mas parei | Participo atualmente |
|--|------------------|----------------------------|----------------------------------|----------------------|
| Associações comunitárias de bairro   | ( )              | ( )                        | ( )                              | ( )                  |
| ONGs e instituições filantrópicas (voluntariado)   | ( )              | ( )                        | ( )                              | ( )                  |
| Igrejas e entidades religiosas (exceto missas e cultos – atividades de organização de reuniões, grupos de jovens, por ex.) | ( )              | ( )                        | ( )                              | ( )                  |
| Sindicato ou associação de trabalhadores   | ( )              | ( )                        | ( )                              | ( )                  |
| Política estudantil – liderança escolar, grêmios e centros acadêmicos  | ( )              | ( )                        | ( )                              | ( )                  |

8 – Você já participou de outras instituições não listadas acima? Relate abaixo quando e se participa atualmente:

\_\_\_\_\_

9 – Você já participou de protestos, passeatas e manifestações públicas?

- ( ) nunca participei  
 ( ) já participei antes do PJB  
 ( ) participei após o PJB, mas parei  
 ( ) costumo participar atualmente

10 – Você participou da elaboração de abaixo-assinados, petições, manifestos de protesto ou reivindicações:

- ( ) nunca participei  
 ( ) já participei antes do PJB  
 ( ) apenas participei após o PJB, mas parei



participo atualmente

11 – Publicação e compartilhamento de opiniões sobre política em redes sociais ou blogs:

- nunca publiquei
- já publiquei antes do PJB
- passei a publicar após o PJB, mas parei
- publico atualmente

12 – Acompanhamento da agenda legislativa e de projetos de lei (municipal, estadual ou federal):

- nunca acompanhei
- já acompanhei antes do PJB
- passei a acompanhar após o PJB, mas parei
- acompanho atualmente

13 – Horário eleitoral gratuito no rádio ou na TV:

- nunca gostei de assistir
- já assistia antes do PJB
- passei a assistir após o PJB, mas parei
- pretendo acompanhar os próximos

14 – Conversa com amigos e familiares sobre política:

- nunca tive esse costume
- já era costume antes do PJB
- passei a ter o costume após o PJB, mas não costumo mais
- costumo conversar sobre política habitualmente

15 – Militância jovem em partido político:

- nunca participei
- já participei antes do PJB
- passei a participar após o PJB, mas parei
- participo atualmente

16 – Filiação partidária:

- nunca fui filiado
- já era filiado antes do PJB e continuo
- me filiei após o PJB, mas não participo mais
- sou filiado atualmente

17 – Se você possui filiação partidária, qual é o partido?

\_\_\_\_\_

18 – Engajamento em campanhas eleitorais:

- nunca participei
- já participei antes do PJB
- participei logo após o PJB, mas parei
- participarei da próxima

19 – A experiência no PJB estimulou você a candidatar-se a cargos políticos?

- sim
- não

20 – Se respondeu sim na questão acima, indique para quais cargos você gostaria de se candidatar:

\_\_\_\_\_

21 – Em relação à sua atual motivação para participar da política por meio de partidos políticos, você se considera:

- sem motivação
- pouco motivado
- penso seriamente
- totalmente motivado

22 – A participação no PJB aumentou seu interesse pelo noticiário sobre política?

- não interferiu
- sim, aumentou um pouco
- sim, aumentou muito

23 – Indique como você se informa sobre a política:

- pelos jornais e revistas (impressos)
- pelo rádio
- pela televisão
- pela internet (portais de notícias)
- pelas redes sociais

24 – O PJB influenciou na sua vida cotidiana? Descreva aquelas modificações de opinião sobre a política ou de comportamento que porventura tenham ocorrido:

\_\_\_\_\_

25 – Gênero/sexo:

- masculino
- feminino

26 – Data de nascimento: Dia/mês/Ano:

\_\_\_\_\_

27 – Cidade e estado onde reside:

\_\_\_\_\_

28 – Você considera sua cidade como:

- capital
- interior

29 – Formação educacional completa ou cursando:

- ensino médio
- curso técnico (curso com 2 anos mínimos de formação)
- graduação na área de exatas
- graduação na área de humanas ou sociais aplicadas
- graduação na área de biológicas

- pós-graduação (especialização)
- pós-graduação (MBA)
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

30 – Edição/ano em que participou do PJB:

\_\_\_\_\_

31 – Nome completo:

\_\_\_\_\_